

Índices da Revista Fiscalidade 1-20

NOTA EXPLICATIVA

Maria de Athayde Tavares¹
João Pereira²

Publicado há algum tempo o vigésimo número da “Fiscalidade”, tornava-se necessário organizar e apresentar aos nossos leitores um conjunto de índices que facilitasse a sua pesquisa e consulta. Este mesmo objectivo levou a que se procurasse seguir uma estrutura o mais adequada possível às necessidades práticas de quem procura informação. Neste sentido, optou-se pela elaboração de 5 índices autónomos.

1. **ÍNDICE GERAL.**
2. **ÍNDICE DE AUTORES.**
3. **ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA COMENTADA.**
4. **ÍNDICE ANALÍTICO.**
5. **ÍNDICE DE PRECEITOS NORMATIVOS.**

Dada a sua natureza, foi excluída de todos estes índices a secção respeitante às “Notícias InforFisco”.

1. O **ÍNDICE GERAL** permite uma rápida localização de qualquer dos textos publicados ao longo dos quatro anos nos vários números da revista.

A estrutura baseia-se em dois aspectos fundamentais, aproveitados da disposição normal da “Fiscalidade”: primeiro, a divisão por rubricas (nota de abertura, doutrina e jurisprudência), depois, a ordenação por números de revista. Assim, o índice é composto por três partes, correspondentes às referidas rubricas. Dentro de cada uma destas partes, existe uma subdivisão por cada número de revista.

A referência adoptada para cada um dos textos contém, por esta ordem e separados por vírgulas, os seguintes elementos:

- Título (entre aspas)
- Autor
- Número de página

Exemplificando:

¹ mariaatavares@hotmail.com

² joao_cpereira@hotmail.com

Doutrina

Revista 17 – ano 2004

- “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, Marta Rebelo, 99.

2. O ÍNDICE DE AUTORES dá a indicação de todos os trabalhos de cada um dos autores que colaboraram com a revista.

Está organizado alfabeticamente, pela forma comum. Os textos são apresentados de modo autónomo, por ordem cronológica e com informação precisa da rubrica a que pertencem.

A referência adoptada para cada um dos textos contém, por esta ordem e separados por vírgulas, os seguintes elementos:

- Título (entre aspas)
- Número de revista (**bold**) e ano de publicação (entre parêntesis)
- Número de página
- Rubrica – N (corresponde a “Notas de Abertura”), D (“Doutrina”) e J (“Jurisprudência”)

Exemplificando:

S

Salgado de Matos, André

- “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, J.

3. O ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA COMENTADA visa facilitar a busca de comentários/anotações a decisões judiciais nacionais e comunitárias. Todos os textos aqui incluídos fazem parte da rubrica “Jurisprudência”.

A estrutura adoptada assenta na seguinte divisão de decisões por tribunais:

- Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias
- Tribunal Constitucional
- Supremo Tribunal Administrativo
- Tribunal Central Administrativo do Sul

As decisões de cada um dos tribunais apontados estão subdivididas por anos e organizadas cronologicamente.

A referência adoptada para cada decisão contém, por esta ordem e separados por vírgulas, os seguintes elementos:

- Nome pelo qual é conhecido o acórdão, sempre que exista (entre aspas)
- Data do acórdão
- Número do processo/recurso
- Juiz relator
- Título do comentário (entre aspas)
- Autor
- Número de revista (**bold**) e ano de publicação (entre parêntesis)
- Número de página

Exemplificando:

Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias

Ano 2001

- Acórdão “SONAE – Tecnologia de Informação SA”, de 21 de Junho, processo C-206/99, Juiz R. Schintgen – “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, Patrícia Noiret Cunha, **7/8** (2001), 87.

4. O ÍNDICE ANALÍTICO é o índice material e permite ao leitor a realização de uma pesquisa por temas.

Organizado pela ordem alfabética comum, contém a indicação das matérias tratadas e dos textos em que cada uma delas é analisada.

A referência adoptada para cada um dos textos inclui, por esta ordem e separados por vírgulas, os seguintes elementos:

- Autor
- Título (entre aspas)
- Número de revista (**bold**) e ano de publicação (entre parêntesis)
- Número de página
- Rubrica – N (corresponde a “Notas de Abertura”), D (“Doutrina”) e J (“Jurisprudência”)

Exemplificando:

B

Benefícios fiscais

- António Martins, “Uma reflexão sobre a eficácia dos benefícios fiscais à dinamização do mercado accionista em Portugal”, **7/8** (2001), 17, D.

5. O ÍNDICE DE PRECEITOS NORMATIVOS possibilita uma forma de pesquisa complementar. Aqui podem ser encontrados todos os preceitos legais e supra-legais referidos nos primeiros vinte números da “Fiscalidade”, com indicação de todos os trabalhos onde tal referência é feita. Note-se que não são tomadas em consideração eventuais alterações legislativas, nomeadamente as revogações e renumerações. Os preceitos são, então, mencionados tal como o autor os cita.

Organizam-se os preceitos, em primeiro lugar, de acordo com a sua origem:

- Direito Internacional
- Direito Comunitário
- Direito Nacional.

Dentro destas divisões, os preceitos estão subdivididos por diplomas, os quais estão organizados por ordem alfabética. Esta ordenação não tem em conta as preposições “de”, “do”, “da”, “dos”, “das”. Assim, por exemplo, “Código **do** Procedimento Administrativo – C.P.A.” virá antes de “Código **de** Procedimento e Processo Tributário – C.P.P.T.”.

Entre diplomas do mesmo tipo, segue-se a ordem cronológica. No que respeita ao Direito Nacional, os decretos estão ainda organizados da seguinte forma: primeiro “Decreto n.^o”, depois “Decreto-Lei n.^o”.

A referência adoptada para cada um dos textos inclui, por esta ordem e separados por vírgulas, os seguintes elementos:

- Autor
- Título (entre aspas)
- Número de revista (**bold**) e ano de publicação (entre parêntesis)
- Número de página
- Rubrica – N (corresponde a “Notas de Abertura”), D (“Doutrina”) e J (“Jurisprudência”)

Exemplificando:

Direito Comunitário

Directiva 67/228/CEE, do Conselho de 11 de Abril de 1967 – Segunda Directiva IVA

Artigo 2.º

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Artigo 11.º

- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.

1. ÍNDICE GERAL

- a) **Notas de abertura**
- b) **Doutrina**
- c) **Jurisprudência**

a) **Notas de abertura** – J. L. Saldanha Sanches

- “Nota de abertura”, **1** (2000), 3.
- “A associação nacional de contribuintes”, **2** (2000), 3.
- “O ensino on-line: o renascimento do texto”, **3** (2000), 3.
- “As minudências da reforma fiscal”, **4** (2000), 3.
- “Os desafios da Europa”, **5** (2001), 3.
- “Um erro”, **6** (2001), 3.
- “Nota de abertura”, **7/8** (2001), 3.
- “O prazo da restituição de emolumentos ilegalmente cobrados”, **9** (2002), 3.
- “A audição do contribuinte”, **10** (2002), 3.
- “O máximo da colecta mínima”, **11** (2002), 3.
- “A sub-capitalização”, **12** (2002), 3.
- “A balada da colecta mínima” **13/14** (2003), 3.
- “O imposto oculto”, **15** (2003), 3.
- “Os sinais exteriores de riqueza”, **16** (2003), 3.
- “Gestão da máquina fiscal”, **17** (2004), 3.
- “Novo director geral dos impostos”, **18** (2004), 3.
- “Orçamento e estabilidade da lei fiscal”, **19/20** (2004), 3.

b) **Doutrina**

Revista 1 – ano 2000

- “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, Carlos Baptista Lobo, 5.
- “Simulação na Lei Geral Tributária”, Manuel Anselmo Torres, 33.
- “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, Sérgio Vasques, 47.
- “Empirical studies on “taxation and corporate capital structure” and the Deangelo/ Masulis Model, António Martins, 67.

Revista 2 – ano 2000

- “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, Manuel Anselmo Torres, 5.
- “Da tributação do contrato de concessão de crédito”, Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, 15.
- “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, Miguel Teixeira de Abreu, 25.
- “O IVA nas transacções internacionais de comércio electrónico”, António Fernandes de Oliveira, 37.
- “Corporate tax systems in the EU”, Glória Teixeira, 53.
- “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, Pedro Dias, 73.

Revista 3 – ano 2000

- “As alterações ao código do IRS”, Manuel Faustino, 5.
- “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, 39.
- “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, António Martins e Georgina Santos, 63.

Revista 4 – ano 2000

- “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, 5.
- “Recent developments in the interpretation and application of double taxation conventions”, Philip Baker, 15.
- “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, 29.
- “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, João Ricardo Catarino, 81.

Revista 5 – ano 2001

- “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, José Xavier de Basto, 5.
- “O novo regime dos preços de transferência”, Paula Rosado Pereira, 23.

- “Reembolso de emolumentos”, Pedro Patrício Amorim, 49.
- “Capital, contas e protecção de terceiros – II parte”, Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, 55.

Revista 6 – ano 2001

- “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, 5.
- “Alguns desafios actuais da tributação”, José Casalta Nabais, 33.
- “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, Gustavo Lopes Courinha, 51.
- “Tax treaty interpretation in Portugal”, Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, 85.

Revista 7/8 – ano 2001

- “O regime actual das stock options”, J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, 5.
- “Uma reflexão sobre a eficácia dos benefícios fiscais à dinamização do mercado accionista em Portugal”, António Martins, 17.
- “Conceito de rendimento do IRS”, J. L.Saldanha Sanches, 33.

Revista 9 – ano 2002

- “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, João Pedro Silva Rodrigues, 5.
- “Aspectos gerais e específicos do novo regime das infracções tributárias”, João Ricardo Catarino e Nuno Victorino, 37.
- “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, 87.

Revista 10 – ano 2002

- “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, José Casalta Nabais, 5.
- “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, António Martins, 25.
- “A reforma da tributação automóvel: problemas e perspectivas”, Sérgio Vasques, 59.
- “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, Tânia Almeida Ferreira, 95.
- “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, Diogo Foyo, 113.

- “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, João Espanha, 127.

Revista 11 – ano 2002

- “A directriz contabilística nº 25 e os contratos de ALD: uma nota analítica”, António Martins, 5.
- “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, Clotilde Celorico Palma, 17.
- “Soluções globais para a tributação das empresas na UE”, Paula Rosado Pereira, 33.
- “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, Samuel Almeida, 55.
- “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, José Manuel Tomé de Carvalho, 75.

Revista 12 – ano 2002

- “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, Elsa Rodrigues e João Espanha, 5.
- “Taxation and corporate capital structure: an empirical analysis”, António Martins, 23.
- “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, António Gaio, 51.
- “O IVA nos salvados”, Tânia de Almeida Ferreira, 69.

Revista 13/14 – ano 2003

- “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, Manuel Faustino, 5.
- “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, Marta Rebelo, 27.
- “Modelos normativos de relação entre lucro tributário e contabilidade comercial”, Nina Teresa Sousa Santos Aguiar, 39.
- “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, Cidália M. Mota Lopes, 51.

- “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, Nuno B. M. Lumbrales, 85.
- “Os preços de transferência na declaração anual...”, Tiago Marreiros Moreira e Conceição Gamito, 117.

Revista 15 – ano 2003

- “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, 5.
- “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, António Castro Caldas, 27.
- “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, Joaquim Pedro Lampreia, 43.

Revista 16 – ano 2003

- “As receitas da sisa em 2003...”, António Martins e Nuno Fortes, 5.
- “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, 21.
- “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, Clotilde Celorico Palma, 49.
- “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, António Gaio, 81.
- “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, Bruno Vinga Santiago, 93.

Revista 17 – ano 2004

- “O financiamento do serviço público de televisão...”, Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, 5.
- “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, 39.

Revista 18 – ano 2004

- “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, José Xavier de Basto, 5.
- “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, Nuno B. M. Lumbrales, 19.

Revista 19/20 – ano 2004

- “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, 5.
- “A Direcção Geral dos Impostos vista pelos contribuintes”, Renata Borges e António Martins, 45, D.
- “Os impostos ambientais...”, Maria Odete Batista de Oliveira, 75.
- “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, 129.
- “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, 145.
- “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, Joaquim Pedro Lampreia, 157.

c) Jurisprudência

Revista 1 – ano 2000

- “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, J.L.Saldanha Sanches, 77.

Revista 2 – ano 2000

- “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, J.L.Saldanha Sanches, 123.

Revista 3 – ano 2000

- “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, J.L. Saldanha Sanches, 79.

Revista 4 – ano 2000

- “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, J.L. Saldanha Sanches, 53.
- “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, André Salgado de Matos, 67.

Revista 5 – ano 2001

- “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, J.L. Saldanha Sanches, 83.

Revista 6 – ano 2001

- “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, J. L. Saldanha Sanches, 117.

Revista 7/8 – ano 2001

- “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, J. L. Saldanha Sanches, 63.
- “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, Sérgio Vasques, 73.
- “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, Patrícia Noiret Cunha, 87.
- “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, António Moura Portugal, 105.
- “Requiem pelo acto tácito”, Serena Cabrita Neto, 113.

Revista 9 – ano 2002

- “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, 103.

Revista 10 – ano 2002

- “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, João Pedro Silva Rodrigues, 135.

Revista 11 – ano 2002

- “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, J. L. Saldanha Sanches, 89.
- “IVA, portagens e vinhos...”, Patrícia Noiret Cunha, 103.

Revista 12 – ano 2002

- “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, João Taborda da Gama, 81.

Revista 13/14 – ano 2003

- “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, Manuel Anselmo Torres, 127.

Revista 15 – ano 2003

- “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, J.L.Saldanha Sanches, 63.

Revista 16 – ano 2003

- “Despesas confidenciais”, António Moura Portugal, 131.
- “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, Vieira de Almeida & Associados, 187.
- “O IVA como imposto de obrigação única...”, Vieira de Almeida & Associados, 193.

Revista 17 – ano 2004

- “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, Gustavo Lopes Courinha, 55.
- “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, Samuel Almeida, 73.
- “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, Marta Rebelo, 99.
- “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, Castro Lousada e António Rodrigues, 117.
- “Indispensabilidade do custo fiscal...”, Vieira de Almeida & Associados, 161.
- “Dever de fundamentação...”, Vieira de Almeida & Associados, 171.

Revista 18 – ano 2004

- “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, Manuel Faustino, 55.
- “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, Patrícia Noiret Cunha, 67.

- “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, Vieira de Almeida & Associados, 129.

Revista 19/20 – ano 2004

- “The special commissioners”, Bruno Santiago, 179.
- “A desigualdade na distribuição dos encargos na Contribuição Autárquica e as avaliações para expropriação”, J.L.Saldanha Sanches, 187.
- “Liberdade de estabelecimento...”, Mónica Neves, 213.
- “Ajudas de custo...”, Vieira de Almeida & Associados, 275.
- “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...”, Vieira de Almeida & Associados, 287.

2. ÍNDICE DE AUTORES

A

Abreu, Miguel Teixeira de – v. “Teixeira de Abreu, Miguel”

Aguiar, Nina Teresa Sousa Santos

- “Modelos normativos de relação entre lucro tributário e contabilidade comercial”, **13/14** (2003), 39, D.

Almeida, Samuel

- “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.
- “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Almeida Ferreira, Tânia de

- “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.
- “O IVA nos salvados”, **12** (2002), 69, D.

Amador, Olívio Mota

- “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Amaro, Victor

- “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.
- “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Amorim, Pedro Patrício

- “Da tributação do contrato de concessão de crédito”, **2** (2000), 15, D.
- “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.

Anselmo Torres, Manuel

- “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.
- “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, **13/14** (2003), 127, J.

Avelãs Nunes, Gonçalo Nuno Cabral de Almeida

- “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

B

Baker, Philip

- “Recent developments in the interpretation and application of double taxation conventions”, **4** (2000), 15, D.

Barreira, Rui

- “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Barreiros, Miguel Alexandre Martins Cardoso

- “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.

Basto, José Xavier de – v. “Xavier de Basto, José”

Bastos Lopes, Gonçalo

- “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.

Borges, Renata

- “A Direcção Geral dos Impostos vista pelos contribuintes”, **19/20** (2004), 45, D.

Borges, Ricardo

- “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.

Borges, Ricardo Henriques da Palma – v. “Palma Borges, Ricardo Henriques da”

Brás, Fernando

- “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.

C

Cabrita Neto, Serena

- “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.
- “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Carvalho, José Manuel Tomé de – v. “Tomé de Carvalho, José Manuel”

Casalta Nabais, José

- “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Castro Caldas, António

- “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Castro Lousada

- “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Catarino, João Ricardo

- “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

- “Aspectos gerais e específicos do novo regime das infracções tributárias”, **9** (2002), 37, D.

Courinha, Gustavo Lopes

- “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

Croca, Maria Adelaide Alves Dias Ramalho

- “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- “Capital, contas e protecção de terceiros – II parte”, **5** (2000), 55, D.

Cunha, Patrícia Noiret – v. “Noiret Cunha, Patrícia”

D

Dias, Pedro

- “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Dewerbe, Patrick

- “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.

E

Espanha, João

- “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.
- “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.

F

Faustino, Manuel

- “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

- “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Fernandes de Oliveira, António

- “O IVA nas transacções internacionais de comércio electrónico”, **2** (2000), 37, D.

Ferreira, Rogério M. Fernandes

- “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Ferreira, Tânia de Almeida – v. “Almeida Ferreira, Tânia de”

Feyo, Diogo

- “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Fortes, Nuno

- “As receitas da sisa em 2003...”, **16** (2003), 5, D.

G

Gaio, António

- “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.
- “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Gama, João Taborda da

- “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.
- “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Gamito, Conceição

- “Os preços de transferência na declaração anual...”, **13/14** (2003), 117, D.

L

Lampreia, Joaquim Pedro

- “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.
- “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes – v. “Menezes Leitão, Luís Manuel Teles de”

Lobo, Carlos Baptista

- “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Lopes, Cidália M. Mota

- “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.

Lopes, Gonçalo Bastos – v. “Bastos Lopes, Gonçalo”

Lumbrals, Nuno B. M.

- “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.
- “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

M

Martins, António

- “Empirical studies on “taxation and corporate capital structure” and the Tangelo/ Masulis Model”, **1** (2000), 67, D.
- “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.
- “Uma reflexão sobre a eficácia dos benefícios fiscais à dinamização do mercado accionista em Portugal”, **7/8** (2001), 17, D.

- “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.
- “A directriz contabilística nº 25 e os contratos de ALD: uma nota analítica”, **11** (2002), 5, D.
- “Taxation and corporate capital structure: an empirical analysis”, **12** (2002), 23, D.
- “As receitas da sisa em 2003...”, **16** (2003), 5, D.
- “A Direcção Geral dos Impostos vista pelos contribuintes”, **19/20** (2004), 45, D.

Matos, André Salgado de – v. “Salgado de Matos, André”

Maymone Resende, Raquel Maria

- “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Menezes Leitão, Luís Manuel Teles de

- “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Moreira, Tiago Marreiros

- “Os preços de transferência na declaração anual...”, **13/14** (2003), 117, D.
- “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Moura, Ricardo Seabra

- “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

N

Nabais, José Casalta – v. “Casalta Nabais, José”

Neto, Serena Cabrita – v. “Cabrita Neto, Serena”

Neves, Mónica

- “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Noiret Cunha, Patrícia

- “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.
- “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.
- “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Nunes, Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs – v. “Avelãs Nunes, Gonçalo Nuno Cabral de Almeida”

O

Oliveira, António Fernandes de – v. “Fernandes de Oliveira, António”

Oliveira, Maria Odete

- “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

P

Palma, Clotilde Celorico

- “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.
- “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.

Palma Borges, Ricardo Henriques da

- “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Pereira, Paula Rosado – v. “Rosado Pereira, Paula”

Portugal, António Moura

- “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

R

Rebelo, Marta

- “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Resende, Raquel Maria Maymone – v. “Maymone Resende, Raquel Maria”

Rodrigues, António

- “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Rodrigues, Elsa

- “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.

Rodrigues, João Pedro Silva – v. “Silva Rodrigues, João Pedro”

Rosado Pereira, Paula

- “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.
- “Soluções globais para a tributação das empresas na UE”, **11** (2002), 33, D.

S

Saldanha Sanches, J. L.

- “Nota de abertura”, **1** (2000), 3, N.
- “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- “A associação nacional de contribuintes”, **2** (2000), 3, N.
- “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.
- “O ensino on-line: o renascimento do texto”, **3** (2000), 3, N.
- “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3**, (2000), 79, J.
- “As minudências da reforma fiscal”, **4** (2000), 3, N.
- “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- “Os desafios da Europa”, **5** (2001), 3, N.
- “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- “Um erro”, **6** (2001), 3, N.

- “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.
- “Nota de abertura”, **7/8** (2001), 3, N.
- “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- “Conceito de rendimento do IRS”, **7/8** (2001), 33, D.
- “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.
- “O prazo da restituição de emolumentos ilegalmente cobrados”, **9** (2002), 3, N.
- “A audição do contribuinte”, **10** (2002), 3, N.
- “O máximo da colecta mínima”, **11** (2002), 3, N.
- “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.
- “A sub-capitalização”, **12** (2002), 3, N.
- “A balada da colecta mínima” **13/14** (2003), 3, N.
- “O imposto oculto”, **15** (2003), 3, N.
- “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- “Os sinais exteriores de riqueza”, **16** (2003), 3, N.
- “Gestão da máquina fiscal”, **17** (2004), 3, N.
- “Novo director geral dos impostos”, **18** (2004), 3, N.
- “Orçamento e estabilidade da lei fiscal”, **19/20** (2004), 3, N.
- “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.
- “A desigualdade na distribuição dos encargos na Contribuição Autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Salgado de Matos, André

- “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, J.
- “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Sanches, J. L. Saldanha – v. “Saldanha Sanches, J. L.”

Santiago, Bruno

- “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.
- “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Santos, Georgina

- “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Silva Rodrigues, João Pedro

- “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- “IVA. – Liquidação - Recurso ao método presuntivo - Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Sousa, Tiago

- “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.
- “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

T

Teixeira, Glória

- “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.

Teixeira de Abreu, Miguel

- “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, **2** (2000), 25, D.

Tomé de Carvalho, José Manuel

- “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D.

Torres, Manuel Anselmo – v. “Anselmo Torres, Manuel”

V

Vasques, Sérgio

- “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

- “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.
- “A reforma da tributação automóvel: problemas e perspectivas”, **10** (2002), 59, D.
- “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Victorino, Nuno

- “Aspectos gerais e específicos do novo regime das infracções tributárias”, **9** (2002), 37, D.

Vieira de Almeida & Associados

- “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, **16** (2003), 187, J.
- “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.
- “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.
- “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.
- “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, **18** (2004), 129, J.
- “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.
- “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...” **19/20** (2004), 287, J.

X

Xavier de Basto, José

- “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

3. ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

- a) **Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias**
- b) **Tribunal Constitucional**
- c) **Supremo Tribunal Administrativo**
- d) **Tribunal Central Administrativo**

a) **Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias**

Ano 2001

- Acórdão “SONAE – Tecnologia de Informação SA”, de 21 de Junho, processo C-206/99, Juiz R. Schintgen – “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, Patrícia Noiret Cunha, **7/8** (2001), 87.
- Acórdão “Comissão c. Portugal”, de 8 de Março, processo C-276/98, Juiz Colneric – “IVA, portagens e vinhos...”, Patrícia Noiret Cunha, **11** (2002), 103.

Ano 2002

- Acórdão “Lankhorst-Hohorst GmbH”, de 12 de Dezembro, processo C-324/00, Juiz Wathelet – “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, Manuel Anselmo Torres, **13/14** (2003), 127.

Ano 2004

- Acórdão “Hughes de Lasteyrie du Saillant”, de 11 de Março, processo C-9/02, Juiz C.W.A. Timmermans – “Liberdade de estabelecimento...”, Mónica Neves, **19/20** (2004), 213.
- Acórdão “EDM SGPS SA”, de 29 de Abril, processo C-77/01, Juiz S. von Bahr – “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, Patrícia Noiret Cunha, **18** (2004), 67.

b) **Tribunal Constitucional**

Ano 1995

- Acórdão n.º 640/95, de 15 de Novembro, processo n.º 286/94, Conselheiro Ribeiro Mendes – “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, J. L. Saldanha Sanches, **6** (2001), 117.

Ano 1998

- Acórdão n.º 275/98, de 9 de Março, processo n.º 370/97, Conselheiro Ribeiro Mendes – “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, J.L. Saldanha Sanches, **1** (2000), 77.
- Acórdão n.º 354/98, de 12 de Maio, processo n.º 32/97, Conselheiro Messias Bento – “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, J. L. Saldanha Sanches, **6** (2001), 117.
- Acórdão n.º 558/98, de 29 de Setembro, processo n.º 240/97, Conselheiro Bravo Serra – “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, J. L. Saldanha Sanches, **6** (2001), 117.

Ano 1999

- Acórdão n.º 32/99, de 13 de Janeiro – “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, J. L. Saldanha Sanches, **6** (2001), 117.
- Acórdão n.º 63/99, de 2 de Fevereiro, processo n.º 513/97, Conselheiro Luís Nunes de Almeida – “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, J. L. Saldanha Sanches, **6** (2001), 117.
- Acórdão n.º 357/99, de 15 de Junho, processo n.º 1005/98, Conselheiro Artur Maurício – “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, J. L. Saldanha Sanches, **6** (2001), 117.

Ano 2000

- Acórdão n.º 410/00, de 3 de Outubro, processo n.º 364/99, Conselheiro Tavares da Costa – “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, J. L. Saldanha Sanches, **6** (2001), 117.
- Acórdão n.º 515/00, de 29 de Novembro, processo n.º 46/00, Conselheiro Luís Nunes de Almeida – “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, J. L. Saldanha Sanches, **6** (2001), 117.

Ano 2003

- Acórdão n.º 84/03, de 12 de Fevereiro, processo n.º 531/99, Conselheiro Artur Maurício – “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, J.L. Saldanha Sanches, **15** (2003), 63.

Ano 2004

- Acórdão n.º 422/04, de 16 de Junho, processo n.º 462/03, Conselheiro Artur Maurício, “A desigualdade na distribuição dos encargos na Contribuição Autárquica e as avaliações para expropriação”, J.L. Saldanha Sanches, **19/20** (2004), 187.

c) Supremo Tribunal Administrativo

Ano 1998

- Acórdão de 28 de Outubro, recurso n.º 20 568, Conselheiro Costa Reis – “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, João Pedro Silva Rodrigues, **10** (2002), 135.

Ano 1999

- Acórdão de 26 de Maio, recurso n.º 23 785, Conselheiro Benjamin Rodrigues – “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, J.L. Saldanha Sanches, **5** (2001), 83.
- Acórdão de 27 de Outubro, recurso n.º 23 768, Conselheiro Vítor Moura – “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, J.L. Saldanha Sanches, **2** (2000), 123.
- Acórdão de 7 de Dezembro, recurso n.º 23 937, Conselheiro Lúcio Barbosa – “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, J.L. Saldanha Sanches, **3** (2000), 79.

Ano 2000

- Acórdão de 16 de Fevereiro, recurso n.º 24 133, Conselheiro Lúcio Barbosa – “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, J.L. Saldanha Sanches, **3** (2000), 79.
- Acórdão “Central de Investimentos”, de 3 de Maio, recurso n.º 24 585, Conselheiro Ernâni Figueiredo – “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, J.L. Saldanha Sanches, **4** (2000), 53.
- Acórdão de 10 de Maio, recurso n.º 24 936, Conselheiro Jorge de Sousa – “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, André Salgado de Matos, **4** (2000), 67.
- Acórdão de 7 de Junho, recurso n.º 24 503, Conselheiro António José Pimpão – “Requiem pelo acto tácito”, Serena Cabrita Neto, **7/8** (2001), 113.
- Acórdão de 5 de Julho, recurso n.º 24 632, Conselheiro Jorge de Sousa – “Despesas confidenciais”, António Moura Portugal, **16** (2003), 131.

Ano 2001

- Acórdão de 24 de Janeiro, recurso n.º 24 959, Conselheiro Almeida Lopes – “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, António Moura Portugal, **7/8** (2001), 105.
- Acórdão “AECOPS”, de 21 de Fevereiro, recurso n.º 25 396, Conselheiro Mendes Pimentel – “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, J. L. Saldanha Sanches, **11** (2002), 89.
- Acórdão “Grossão”, de 8 de Março, recurso n.º 25 339 – “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, Sérgio Vasques, **7/8** (2001), 73.
- Acórdão de 16 de Maio, recurso n.º 25 532, Conselheiro Alfredo Madureira – “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, J. L. Saldanha Sanches, **7/8** (2001), 63.
- Acórdão “ALPI”, de 30 de Maio, recurso n.º 26 138, Conselheiro Jorge de Sousa – “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, J. L. Saldanha Sanches, **11** (2002), 89.
- Acórdão de 31 de Outubro, recurso n.º 26 392, Conselheiro Benjamin Rodrigues – “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, **9** (2002), 103.
- Acórdão “ENSUL”, de 19 de Dezembro, recurso n.º 26 176, Conselheiro Vítor Meira – “Despesas confidenciais”, António Moura Portugal, **16** (2003), 131.

Ano 2002

- Acórdão de 16 de Janeiro, recurso n.º 25 959, Conselheiro Almeida Lopes – “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, João Taborda da Gama, **12** (2002), 81.
- Acórdão de 20 de Abril, processo n.º 0658/02, Conselheiro Almeida Lopes – “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, Marta Rebelo, **17** (2004), 99.
- Acórdão de 5 de Junho, processo n.º 0815/02, Conselheiro Fonseca Limão – “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, Marta Rebelo, **17** (2004), 99.

Ano 2003

- Acórdão de 6 de Maio, processo n.º 07509/02, Conselheiro José Maria Fonseca Carvalho – “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, Gustavo Lopes Courinha, **17** (2004), 55.
- Acórdão de 7 de Maio, processo n.º 065/02, Conselheiro Baeta de Queiroz – “O IVA como imposto de obrigação única...”, Vieira de Almeida & Associados, **16** (2003), 193.
- Acórdão de 24 de Setembro, processo n.º 0809/03, Conselheiro Baeta de Queiroz – “O IVA como imposto de obrigação única...”, Vieira de Almeida & Associados, **16** (2003), 193.

Ano 2004

- Acórdão de 3 de Março, processo n.º 1774/03, Conselheiro Lúcio Barbosa – “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, Vieira de Almeida & Associados, 129.

d) Tribunal Central Administrativo

Ano 2003

- Acórdão de 25 de Março, processo n.º 7194/02, Desembargador Fonseca Carvalho – “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, Vieira de Almeida & Associados, **16** (2003), 187.
- Acórdão de 8 de Abril, processo n.º 6859/02, Desembargadora Dulce Manuel Neto – “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, Vieira de Almeida & Associados, **16** (2003), 187.
- Acórdão de 29 de Abril, processo n.º 6586/02, Desembargadora Cristina Santos – “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, Vieira de Almeida & Associados, **16** (2003), 187.
- Acórdão de 29 de Abril, processo n.º 122/03, Desembargador Francisco António Areal Rothes – “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, Samuel Almeida, **17** (2004), 73.
- Acórdão de 13 de Maio, processo n.º 00140/03, Desembargador João António Valente Torrão – “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, Castro Lousada e António Rodrigues, **17** (2004), 117.
- Acórdão de 3 de Junho, processo n.º 07440/02, Desembargadora Dulce Manuel Neto – “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, Vieira de Almeida & Associados, **16** (2003), 187.

- Acórdão de 28 de Outubro, processo n.º 07400/02, Desembargador Gomes Correia – “Indispensabilidade do custo fiscal...”, Vieira de Almeida & Associados, **17** (2004), 161.
- Acórdão de 10 de Dezembro, processo n.º 06737/02, Desembargador Gomes Correia – “Dever de fundamentação...”, Vieira de Almeida & Associados, **17** (2004), 171.

Ano 2004

- Acórdão de 27 de Janeiro, processo n.º 06718/02, Desembargadora Dulce Manuel Conceição Neto – “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, Manuel Faustino, **18** (2004), 55.
- Acórdão de 4 de Maio, processo n.º 00832/03, Desembargador Eugénio Sequeira – “Ajudas de custo...”, Vieira de Almeida & Associados, **19/20** (2004), 275.
- Acórdão de 11 de Maio, processo n.º 06002/01, Desembargadora Dulce Manuel Neto – “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...”, Vieira de Almeida & Associados, **19/ 20** (2004), 287.

3. ÍNDICE ANALÍTICO

A

Abatimentos

- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.

Abuso de confiança fiscal

- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Abuso de direito em matéria fiscal

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Acordo de partilha de custos (APC)

- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.

Acordo de repartição de custos (ARC) – v. “Acordo de partilha de custos (APC)”

Acção para reconhecimento de direito ou interesse em matéria fiscal

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Acordo transaccional

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Acréscimos patrimoniais não justificados

- J. L. Saldanha Sanches, “Conceito de rendimento do IRS”, **7/8** (2001), 33, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “Os sinais exteriores de riqueza”, **16** (2003), 3, N.

Acto tácito – v. também “Recorribilidade do acto tácito”

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Administração fiscal

- J. L. Saldanha Sanches, “Os desafios da Europa”, **5** (2001), 3, N.
- J. L. Saldanha Sanches, “Os sinais exteriores de riqueza”, **16** (2003), 3, N.
- J. L. Saldanha Sanches, “A gestão da máquina fiscal”, **17** (2004), 3, N.
- J. L. Saldanha Sanches, “O novo Director-Geral dos Impostos”, **18** (2004), 3, N.
- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.
- Renata Borges e António Martins, “A Direcção Geral dos Impostos vista pelos contribuintes”, **19/20** (2004), 45, D.

Admissão à cotação

- António Martins, “Uma reflexão sobre a eficácia dos benefícios fiscais à dinamização do mercado accionista em Portugal”, **7/8** (2001), 17, D.

Agregado familiar

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D

Ajudas de custo

- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Ajudas de Estado

- Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.

ALD

- António Martins, “A directriz contabilística nº 25 e os contratos de ALD: uma nota analítica”, **11** (2002), 5, D.

Alienação de partes sociais

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Análise financeira – empresas candidatas a empreitadas de obras públicas

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Anulação parcial

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Aplicação da lei fiscal

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 35.º do CSC – v. “Perda de metade do capital”

Artigo 45.º, n.º 5 LGT (em vigor entre Julho de 2001 e Dezembro de 2002)

- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Associação Nacional de Contribuintes

- J. L. Saldanha Sanches, “A associação nacional de contribuintes”, **2** (2000), N.

Auto-facturação – v. “Factura”

Auxílio de Estado – v. “Ajudas de Estado”.

Avaliação directa da matéria colectável

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Avaliação indirecta da matéria colectável

- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, **16** (2003), 187, J.

B

Base de tributação

- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.

Benefícios fiscais

- António Martins, “Uma reflexão sobre a eficácia dos benefícios fiscais à dinamização do mercado accionista em Portugal”, **7/8** (2001), 17, D.

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.
- António Martins, “Taxation and corporate capital structure...”, **12** (2002), 23, D.
- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.
- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “Orçamento e estabilidade da lei fiscal”, **19/20** (2004), 3, N.

Bolsa

- J. L. Saldanha Sanches, “Nota de abertura”, **7/8** (2001), 3, N.
- António Martins, “Uma reflexão sobre a eficácia dos benefícios fiscais à dinamização do mercado accionista em Portugal”, **7/8** (2001), 17, D.

C

Caducidade – v. também “Liquidação – caducidade do direito”

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Centro Internacional de Negócios da Madeira – v. “Zona franca da Madeira”

Cessão de créditos

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Cláusula geral anti-abuso (LGT)

- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Colaboradores

- J. L. Saldanha Sanches, “Conceito de rendimento do IRS”, **7/8** (2001), 33, D.

Colecta mínima – v. “Pagamento especial por conta”

Comércio electrónico

- Miguel Teixeira de Abreu, “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, **2** (2000), 25, D.
- António Fernandes de Oliveira, “O IVA nas transacções internacionais de comércio electrónico”, **2** (2000), 37, D.
- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Comissão de revisão

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Complexidade do sistema fiscal – v. “Sistema fiscal”

Concessão de crédito

- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.

Concorrência fiscal prejudicial

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- Clotilde Celorico Palma, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.

Conexão formal

- Nina Teresa Sousa Santos Aguiar, “Modelos normativos de relação entre lucro tributário e contabilidade comercial”, **13/14** (2003), 39, D.

Confidencialidade fiscal

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Contrapartida – v. “Redução do capital social - Tributação da contrapartida”

Contrato de trabalho

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...” **19/20** (2004), 287, J.

Contribuição Autárquica

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na Contribuição Autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Contribuição para o Audiovisual

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Contribuinte

- J. L. Saldanha Sanches, “A associação nacional de contribuintes”, **2** (2000), N.
- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.
- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Custos diferidos

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, **17** (2004), 117, J.

Custo fiscal

- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.

Custos mal documentados/ não documentados – v. “Encargos não devidamente documentados”

D

Declaração anual de Informação contabilística e fiscal

- Tiago Marreiros Moreira e Conceição Gamito, “Os preços de transferência na declaração anual...”, **13/14** (2003), 117, D.

Dedução

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “Os desafios da Europa”, **5** (2001), 3, N.
- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.
- Manuel Anselmo Torres, “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, **13/14** (2003), 127, J.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Dedução específica

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Derrama

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.

Descongestionamento das pendências judiciais – Art. 73.º OE 2000

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.

Deslocalização

- J. L. Saldanha Sanches, “A sub-capitalização”, **12** (2002), 3, N.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Despesas confidenciais

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Dever de fundamentação

- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Deveres de cooperação

- J. L. Saldanha Sanches, “O imposto oculto”, **15** (2003), 3, N.

Directiva horizontal

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Directiva n.º 77/99/CEE

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais (69/335/CEE, de 17 de Julho de 1969)

- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.

Directriz contabilística n.º 25

- António Martins, “A directriz contabilística n.º 25 e os contratos de ALD: uma nota analítica”, **11** (2002), 5, D.

Direito de audição/audiência

- J. L. Saldanha Sanches, “A audição do contribuinte”, **10** (2002), 3, N.

Direito do Ambiente – v. “Impostos ambientais”

Direitos e garantias dos contribuintes

- J. L. Saldanha Sanches, “A associação nacional de contribuintes”, **2** (2000), N.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “A audição do contribuinte”, **10** (2002), 3, N.
- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Direitos fundamentais

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Direito Internacional

- Philip Baker, “Recent developments in the interpretation and application of double taxation conventions”, **4** (2000), 15, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Distinção entre taxa e imposto

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “O prazo da restituição de emolumentos ilegalmente cobrados”, **9** (2002), 3, N.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Dividendos

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Divisibilidade do acto tributário

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Domínio público

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Dupla tributação

- António Fernandes de Oliveira, “O IVA nas transacções internacionais de comércio electrónico”, **2** (2000), 37, D.
- Glória Teixeira, “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.
- Philip Baker, “Recent developments in the interpretation and application of double taxation conventions”, **4** (2000), 15, D.

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- Paula Rosado Pereira, “Soluções globais para a tributação das empresas na UE”, **11** (2002), 33, D.
- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

E

Eco-imposto – v. “Impostos ambientais”

Elisão fiscal

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Empreitadas de obras públicas

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Emolumentos indevidamente cobrados

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “O prazo da restituição de emolumentos ilegalmente cobrados”, **9** (2002), 3, N.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Encargos não dedutíveis

- J. L. Saldanha Sanches, “Conceito de rendimento do IRS”, **7/8** (2001), 33, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Encargos não devidamente documentados

- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Estabelecimento estável

- António Fernandes de Oliveira, “O IVA nas transacções internacionais de comércio electrónico”, **2** (2000), 37, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Estrutura da taxa

- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.

Estrutura de financiamento

- António Martins, “Taxation and corporate capital structure...”, **12** (2002), 23, D.
- António Martins, “Empirical studies on taxation and corporate capital structure and the DeAngelo/ Masulis model”, **1** (2000), 67, D.

Evasão fiscal – v. “Fraude e evasão fiscais”

Execução fiscal

- Nuno B. M. Lumbrals, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Expropriação

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Factura – v. também “facturas falsas”

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Facturas falsas

- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.

Falência

- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Fraude à lei

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.

Fraude e evasão fiscais

- J. L. Saldanha Sanches, “Os desafios da Europa”, **5** (2001), 3, N.
- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “O máximo da colecta mínima”, **11** (2002), 3, N.
- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D
- J. L. Saldanha Sanches, “A sub-capitalização”, **12** (2002), 3, N.
- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.
- Manuel Anselmo Torres, “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, **13/14** (2003), 127, J.
- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Funções do Estado

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Fundos de investimento

- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

G

Garantias dos contribuintes – v. “Direitos e garantias dos contribuintes”

Gestão privada dos impostos

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “O imposto oculto”, **15** (2003), 3, N.

Globalização

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.

H

Habitação periódica (direito real)

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Holding

- J. L. Saldanha Sanches, “Os desafios da Europa”, **5** (2001), 3, N.
- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.
- Bruno Vinga Santiago, “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

“Home State Taxation”

- Bruno Vinga Santiago, “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.

I

I.M.I. – v. “Imposto Municipal sobre os Imóveis – I.M.I.”

Imobilizado – v. também “reavaliação do imobilizado”

- António Martins, “Empirical studies on taxation and corporate capital structure and the DeAngelo/ Masulis model”, **1** (2000), 67, D.

Imóvel destinado a habitação

- Vieira de Almeida & Associados, “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, **18** (2004), 129, J.

Imposto europeu sobre o rendimento das empresas

- Paula Rosado Pereira, “Soluções globais para a tributação das empresas na UE”, **11** (2002), 33, D.

Imposto Municipal sobre Imóveis – I.M.I.

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – I.R.C.

- Miguel Teixeira de Abreu, “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, **2** (2000), 25, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.
- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – I.R.S.

- Miguel Teixeira de Abreu, “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, **2** (2000), 25, D.
- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “Conceito de rendimento do IRS”, **7/8** (2001), 33, D.
- Diogo Foyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, **18** (2004), 129, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Imposto sobre o Valor Acrescentado – I.V.A.

- António Fernandes de Oliveira, “O IVA nas transacções internacionais de comércio electrónico”, **2** (2000), 37, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “Os desafios da Europa”, **5** (2001), 3, N.
- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.
- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.

- Tânia de Almeida Ferreira, “O IVA nos salvados”, **12** (2002), 69, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Imposto sucessório

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Impostos ambientais

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- Sérgio Vasques, “A reforma da tributação automóvel: problemas e perspectivas”, **10** (2002), 59, D.
- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

Impostos ecológicos – v. “Impostos ambientais”

Impostos especiais de consumo

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Indeferimento tácito – v. “Acto tácito”

Informação electrónica

- J. L. Saldanha Sanches, “O imposto oculto”, **15** (2003), 3, N.

Informações oficiais

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Inspeção tributária

- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Instituições de crédito

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.

Internet

- António Fernandes de Oliveira, “O IVA nas transacções internacionais de comércio electrónico”, **2** (2000), 37, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “O ensino on-line: o renascimento do texto”, **3** (2000), 3, N.
- Miguel Teixeira de Abreu, “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, **2** (2000), 25, D.

Interpretação conforme à C.R.P.

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Interpretação da lei fiscal

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.

Interpretação de convenções fiscais

- Philip Baker, “Recent developments in the interpretation and application of double taxation conventions”, **4** (2000), 15, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Intimação para um comportamento

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

I.R.C. – v. “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – I.R.C.”

I.R.S. – v. “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – I.R.S.”

I.V.A. – v. “Imposto sobre o Valor Acrescentado – I.V.A.”

J

Juros de mora

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, J.

Juros indemnizatórios

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.

L

Lei Geral Tributária – L.G.T.

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.
- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Liberdade de circulação de capitais

- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Liberdade de estabelecimento

- J. L. Saldanha Sanches, “A sub-capitalização”, **12** (2002), 3, N.
- Manuel Anselmo Torres, “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, **13/14** (2003), 127, J.
- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.
- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Limites constitucionais da tributação

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Liquidação adicional

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Liquidação – caducidade do direito

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Liquidação – fundamentação

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Livre prestação de serviços

- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Locação financeira

- António Martins, “A directriz contabilística nº 25 e os contratos de ALD: uma nota analítica”, **11** (2002), 5, D.

Locação operacional

- António Martins, “A directriz contabilística nº 25 e os contratos de ALD: uma nota analítica”, **11** (2002), 5, D.

Lucro comercial

- Nina Teresa Sousa Santos Aguiar, “Modelos normativos de relação entre lucro tributário e contabilidade comercial”, **13/14** (2003), 39, D.

Lucro normal – v. também “Avaliação indirecta da matéria colectável”

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Lucro tributário

- Nina Teresa Sousa Santos Aguiar, “Modelos normativos de relação entre lucro tributário e contabilidade comercial”, **13/14** (2003), 39, D.

M

Mais-valias

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “Nota de abertura”, **7/8** (2001), 3, N.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

- António Martins, “Uma reflexão sobre a eficácia dos benefícios fiscais à dinamização do mercado accionista em Portugal”, **7/8** (2001), 17, D.
- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, **18** (2004), 129, J.
- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Matéria colectável – v. também “Avaliação indirecta da matéria colectável”

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- António Martins, “Taxation and corporate capital structure...”, **12** (2002), 23, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Matéria tributável – v. “Matéria colectável”

Medidas anti-abuso – v. “Fraude e evasão fiscais”

Mercado accionista – v. “Bolsa”

Mercado interno

- Paula Rosado Pereira, “Soluções globais para a tributação das empresas na UE”, **11** (2002), 33, D.

Método presuntivo

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Método “prorata”

- J. L. Saldanha Sanches, “Os desafios da Europa”, **5** (2001), 3, N.
- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.

Métodos indiciários – v. “Avaliação indirecta da matéria colectável”

Mínimo de existência – v. “Rendimentos essenciais à existência”

Modelo “DeAngelo e Masulis”

- António Martins, “Empirical studies on taxation and corporate capital structure and the DeAngelo/ Masulis model”, **1** (2000), 67, D.

Momento da tributação

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Mundialização – v. “Globalização”

N

Normas internacionais de contabilidade (NIC)

- Bruno Vinga Santiago, “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.

O

OCDE

- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.
- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- Clotilde Celorico Palma, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.

Ocupação do subsolo

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Opções sobre acções

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

O. P. V.

- António Martins, “Uma reflexão sobre a eficácia dos benefícios fiscais à dinamização do mercado accionista em Portugal”, **7/8** (2001), 17, D.

Orçamento de Estado

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.
- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.
- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “Orçamento e estabilidade da lei fiscal”, **19/20** (2004), 3, N.

P

Pagamento especial por conta

- J. L. Saldanha Sanches, “O máximo da colecta mínima”, **11** (2002), 3, N.
- J. L. Saldanha Sanches, “A balada da colecta mínima” **13/14** (2003), 3, N.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Pagamentos de entrada e pagamentos de saída

- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.

Paraísos fiscais

- Clotilde Celorico Palma, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.

- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Participante e não participante

- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.

Passivo

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Perda de metade do capital

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Plena jurisdição

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.
- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Poderes tributários dos municípios

- J. L. Saldanha Sanches, “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.
- António Martins e Nuno Fortes, “As receitas da sisa em 2003...”, **16** (2003), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Poluidor-pagador – v. “Impostos ambientais”

Portagens

- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.

Poupança fiscal

- António Martins, “Empirical studies on taxation and corporate capital structure and the DeAngelo/ Masulis model”, **1** (2000), 67, D.

Prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Preços de transferência

- António Fernandes de Oliveira, “O IVA nas transacções internacionais de comércio electrónico”, **2** (2000), 37, D.
- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.
- Elsa Rodrigues e João Espanha, “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.
- Tiago Marreiros Moreira e Conceição Gamito, “Os preços de transferência na declaração anual...”, **13/14** (2003), 117, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.

Prémios de concursos

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Presunções legais de rendimentos

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Primado do Direito Comunitário

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Princípio da adequação do meio processual

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Princípio da capacidade contributiva

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- Sérgio Vasques, “A reforma da tributação automóvel: problemas e perspectivas”, **10** (2002), 59, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Princípio da equidade vertical

- Glória Teixeira, “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.

Princípio da equivalência

- Sérgio Vasques, “A reforma da tributação automóvel: problemas e perspectivas”, **10** (2002), 59, D.

Princípio da fixidez do capital na estrutura do balanço

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Princípio da fonte

- Glória Teixeira, “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.

Princípio da integridade do capital na avaliação das componentes patrimoniais do balanço

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Princípio da igualdade fiscal

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Glória Teixeira, “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.
- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Princípio da legalidade fiscal – v. também “Retroactividade”

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Princípio da não discriminação em função da nacionalidade (Direito Comunitário)

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Princípio da neutralidade da importação de capitais

- Glória Teixeira, “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.

Princípio da oficialidade no processo fiscal

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Princípio da plena concorrência

- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.
- Elsa Rodrigues e João Espanha, “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.

Princípio da tributação do rendimento real

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.

Princípio da tributação universal

- Glória Teixeira, “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.

Princípios do Direito sancionatório fiscal

- João Ricardo Catarino e Nuno Victorino, “Aspectos gerais e específicos do novo regime das infracções tributárias”, **9** (2002), 37, D.

Princípio do Estado social

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Procedimento e processo

- Nuno B. M. Lumbrals, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Processo contra-ordenacional tributário

- João Ricardo Catarino e Nuno Victorino, “Aspectos gerais e específicos do novo regime das infracções tributárias”, **9** (2002), 37, D.

Processo penal tributário

- João Ricardo Catarino e Nuno Victorino, “Aspectos gerais e específicos do novo regime das infracções tributárias”, **9** (2002), 37, D.

Pronúncia constitutiva

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.

Proveitos diferidos – v. “Custos diferidos”

R

Reavaliação do imobilizado

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Receitas

- J. L. Saldanha Sanches, “Conceito de rendimento do IRS”, **7/8** (2001), 33, D.

Reclamação graciosa

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Recorribilidade do acto tácito

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.

Recuperação de empresas

- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Recurso jurisdicional “per saltum”

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Redução do capital social - Tributação da contrapartida

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.

Reforma fiscal

- J. L. Saldanha Sanches, “Nota de abertura”, **1** (2000), 3, N.
- António Martins, “Empirical studies on taxation and corporate capital structure and the DeAngelo/ Masulis model”, **1** (2000), 67, D.
- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “As minudências da reforma fiscal”, **4** (2000), 3, N.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- João Ricardo Catarino e Nuno Victorino, “Aspectos gerais e específicos do novo regime das infracções tributárias”, **9** (2002), 37, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- António Martins, “Taxation and corporate capital structure...”, **12** (2002), 23, D.
- António Martins e Nuno Fortes, “As receitas da sisa em 2003...”, **16** (2003), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Regime geral das infracções tributárias – RGIT

- João Ricardo Catarino e Nuno Victorino, “Aspectos gerais e específicos do novo regime das infracções tributárias”, **9** (2002), 37, D.
- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Regime simplificado

- J. L. Saldanha Sanches, “Conceito de rendimento do IRS”, **7/8** (2001), 33, D.

- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.

Regimes fiscais preferenciais

- Clotilde Celorico Palma, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.

Reinvestimento

- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, **18** (2004), 129, J.

Rendimento bruto

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Rendimento – categorias

- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

Rendimento – conceito

- J. L. Saldanha Sanches, “Conceito de rendimento do IRS”, **7/8** (2001), 33, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Rendimento em espécie

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- Diogo Foyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Rendimentos essenciais à existência

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Rendimentos isentos de IRS

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, J.

Rendimento real – v. “Princípio da tributação do rendimento real”

Residência

- António Fernandes de Oliveira, “O IVA nas transacções internacionais de comércio electrónico”, **2** (2000), 37, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “A sub-capitalização”, **12** (2002), 3, N.
- Manuel Anselmo Torres, “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, **13/14** (2003), 127, J.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.
- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Responsabilidade do expedidor

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D.

Retenção na fonte

- J. L. Saldanha Sanches, “Conceito de rendimento do IRS”, **7/8** (2001), 33, D.
- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.

Retribuição – conceito

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Retroactividade em matéria fiscal

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “Orçamento e estabilidade da lei fiscal”, **19/20** (2004), 3, N.

Reuniões de capitais

- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.

Reversão

- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D.

Royalties

- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.

S

Salvados

- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.
- Tânia de Almeida Ferreira, “O IVA nos salvados”, **12** (2002), 69, D.

Seguradoras

- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.
- Tânia de Almeida Ferreira, “O IVA nos salvados”, **12** (2002), 69, D.

Segurança social

- Integração na tributação dos rendimentos do trabalho dependente - José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.
- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Sentenças condenatórias

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.

Sentenças declarativas

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.

Serviço público de televisão

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

S.G.P.S. – v. “Holding”.

Sigilo bancário – derrogação administrativa

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Simulação de negócios jurídicos - Efeitos fiscais

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.

Sinais exteriores de riqueza

- J. L. Saldanha Sanches, “Os sinais exteriores de riqueza”, **16** (2003), 3, N.

Sisa

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.
- António Martins e Nuno Fortes, “As receitas da sisa em 2003...”, **16** (2003), 5, D.

Sistema fiscal – v. também “Reforma fiscal”

- J. L. Saldanha Sanches, “Nota de abertura”, **1** (2000), 3, N.
- J. L. Saldanha Sanches, “As minudências da reforma fiscal”, **4** (2000), 3, N.
- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “Orçamento e estabilidade da lei fiscal”, **19/20** (2004), 3, N.
- Renata Borges e António Martins, “A Direcção Geral dos Impostos vista pelos contribuintes”, **19/20** (2004), 45, D.
- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Sistema fiscal progressivo

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Situação líquida

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Sociedades da “nova economia”

- Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.

“Societas Europaea”

- Bruno Vinga Santiago, “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.

Sociedades filiais

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Software

- Miguel Teixeira de Abreu, “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, **2** (2000), 25, D.

“Stock options” – v. “Opções sobre acções”.

Sub-capitalização

- J. L. Saldanha Sanches, “A sub-capitalização”, **12** (2002), 3, N.
- Manuel Anselmo Torres, “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, **13/14** (2003), 127, J.

Substituição tributária

- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.
- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Sujeito passivo

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

T

Taxa (conceito) – v. “Distinção entre taxa e imposto”

Taxa de radiodifusão

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Teoria dos custos de falência

- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Titularização de créditos

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.
- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Transacção fiscal

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Tributação automóvel

- Sérgio Vasques, “A reforma da tributação automóvel: problemas e perspectivas”, **10** (2002), 59, D.
- António Martins, “A directriz contabilística nº 25 e os contratos de ALD: uma nota analítica”, **11** (2002), 5, D.
- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.

Tributação de empresas na EU

- Glória Teixeira, “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.
- Paula Rosado Pereira, “Soluções globais para a tributação das empresas na UE”, **11** (2002), 33, D.

Troca de informações

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Tutela do sujeito passivo – v. “Direitos e garantias dos contribuintes”

Tutela jurisdicional efectiva

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

U

Utilização de crédito

- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.

V

Vantagem fiscal

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Vinhos

- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.

Z

Zona franca da Madeira

- Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.
- Clotilde Celorico Palma, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.

5. ÍNDICE DE PRECEITOS NORMATIVOS

- a) Direito Internacional
- b) Direito Comunitário
- c) Direito Nacional

- a) Direito Internacional

Convenção celebrada entre o Estado Português e Macau relativa à dupla tributação

Artigo 2.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

Artigo 7.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

Artigo 10.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

Artigo 23.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

Convenção celebrada entre o Estado Português e a República Federal da Alemanha relativa à dupla tributação – aprovada pela Lei n.º 12/82, de 3 de Junho

Artigo 1.º

- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Artigo 4.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Artigo 15.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Artigo 16.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

Artigo 18.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

Artigo 19.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

Artigo 20.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

Artigo 21.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

Artigo 24.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Convenção das Nações Unidas sobre dupla tributação

Artigo 12.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.

Convenção de Roma, de 19 de Junho de 1980 – Convenção sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais – ratificada pelo Decreto do P.R. n.º 1/94, de 3 de Fevereiro

Artigo 12.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados, assinada em 23 de Maio

Artigo 2.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 26.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 27.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 31.º

- Philip Baker, “Recent developments in the interpretation and application of double taxation conventions”, **4** (2000), 15, D.

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 32.º

- Philip Baker, “Recent developments in the interpretation and application of double taxation conventions”, **4** (2000), 15, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 33.º

- Philip Baker, “Recent developments in the interpretation and application of double taxation conventions”, **4** (2000), 15, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 42.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 46.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Declaração Universal dos Direitos do Homem – D.U.D.H. – adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, resolução 217A (e 1948

Artigo 25.º, n.º 2

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Modelo de Convenção Tributária Relativa ao Rendimento e ao Capital – Modelo O.C.D.E.³

Artigo 2.º, n.º 4

³ Modelo desprovido de força vinculativa, incluído neste índice por ser seguido na generalidade das convenções sobre dupla tributação.

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 3.º, n.º 1, al. e)

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.

Artigo 3.º, n.º 2

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 4.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

Artigo 5.º

- Miguel Teixeira de Abreu, “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, **2** (2000), 25, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 6.º, n.º 2

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 7.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.
- Bruno Vinga Santiago, “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.
- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Artigo 8.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 9.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.
- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.
- Manuel Anselmo Torres, “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, **13/14** (2003), 127, J.

Artigo 10.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Artigo 12.º

- Miguel Teixeira de Abreu, “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, **2** (2000), 25, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.

Artigo 13.º

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 14.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 23.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 23.º-A

- Glória Teixeira, “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

Artigo 23.º-B

- Glória Teixeira, “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

Artigo 24.º

- Bruno Vinga Santiago, “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.

Artigo 25.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.
- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 26.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

b) Direito Comunitário

Directiva 67/227/CEE, do Conselho de 11 de Abril de 1967 – Primeira Directiva IVA

Artigo 2.º

- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.

Directiva 67/228/CEE, do Conselho de 11 de Abril de 1967 – Segunda Directiva IVA

Artigo 2.º

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Artigo 11.º

- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.

Directiva 69/335/CEE, do Conselho de 17 de Julho de 1969, relativa aos impostos indirectos que incidem sobre a reunião de capitais

Artigo 4.º

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.

Artigo 7.º

- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 10.º

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 12.º

- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.

Directiva 72/250/CEE, do Conselho de 4 de Julho de 1972 – Quarta Directiva

Artigo 19.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 20.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 35.º, n.º 4

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 41.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Directiva 77/91/CEE, de 13 de Dezembro de 1977

Artigo 7.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Directiva 77/388/CEE, do Conselho de 17 de Maio de 1977 – Sexta Directiva IVA

Artigo 2.º

- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 4.º

- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 5.º, n.º 1

- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.

Artigo 9.º, n.º 2, al. e)

- António Fernandes de Oliveira, “O IVA nas transacções internacionais de comércio electrónico”, **2** (2000), 37, D.

Artigo 11.º-A

- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 12.º

- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.
- Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.

Artigo 13.º-B

- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 17.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 19.º

- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 21.º

- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.

Artigo 22.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 27.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.

Artigo 28.º, n.º 2

- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.

Artigo 33.º

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Directiva 77/799/CEE, de 19 de Dezembro de 1977

Artigo 7.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 11.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Directiva 78/660/CEE, do Conselho de 28 de Julho de 1978

Artigo 28.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.

Directiva 79/1072/CEE, do Conselho de 6 de Dezembro de 1979 – Oitava Directiva

Artigo 3.º, al. a)

- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.

Directiva 80/723/CEE, da Comissão

Artigo 5.º

- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Directiva 90/434/CEE, do Conselho de 23 de Julho de 1990 – Directiva “fusões”

Artigo 8.º, n.º 2

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Directiva 90/435/CEE, do Conselho de 23 de Julho de 1990 – Directiva “sociedades-mães e afiliadas”

Artigo 1.º, n.º 2

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 4.º

- Glória Teixeira, “Corporate tax systems in the EU”, **2** (2000), 53, D.
- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 5.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 7.º, n.º 2

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Directiva 2001/23/CE, do Conselho de 12 de Março de 2001

Artigo 3.º, n.º 1

- Vieira de Almeida & Associados, “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...” **19/20** (2004), 287, J.

Directiva 2003/48/CE, do Conselho de 3 de Junho de 2003 – relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros

Artigo 17.º, n.º 3

- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.

Directiva 2003/49/CE, do Conselho de 3 de Junho de 2003 – Directiva “Royalties”

Artigo 6.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.

Oitava Directiva do Conselho relativa à harmonização de legislações dos Estados Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios – regras sobre o reembolso do IVA aos sujeitos passivos não estabelecidos no território do país – v. “Directiva 79/1072/CEE, do Conselho de 6 de Dezembro de 1979”

Primeira Directiva do Conselho relativa à harmonização das legislações dos Estados Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios – v. “Directiva 67/227/CEE, do Conselho de 11 de Abril de 1967”

Quarta Directiva do Conselho relativa à harmonização das legislações dos Estados Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios – v. “Directiva 72/250/CEE, do Conselho de 4 de Julho de 1972”

Regulamento 218/92/CEE, de 27 de Janeiro

Artigo 4.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Regulamento 2157/2001/CE, de 8 de Outubro

Artigo 7.º

- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 8.º

- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 70.º

- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Segunda Directiva do Conselho relativa à harmonização das legislações dos Estados Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios – estrutura e modalidades de aplicação do sistema comum do IVA – v. “Directiva 67/228/CEE...”

Sexta Directiva do Conselho relativa à harmonização das legislações dos Estados Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios – v. “Directiva 77/388/CEE...”

Tratado da Comunidade Europeia/ Tratado de Roma de 1957 – T.C.E.

Artigo 18.º

- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 39.º

- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 43.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Manuel Anselmo Torres, “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, **13/14** (2003), 127, J.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Bruno Vinga Santiago, “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.
- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.
- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 44.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 45.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 46.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 47.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 48.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 49.º

- Manuel Anselmo Torres, “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, **13/14** (2003), 127, J.
- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Artigo 56.º

- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Artigo 86.º

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Artigo 87.º

- Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Artigo 88.º

- Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.

Artigo 90.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Sérgio Vasques, “A reforma da tributação automóvel: problemas e perspectivas”, **10** (2002), 59, D.

Artigo 91.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 92.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Clotilde Celorico Palma, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 93.º

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Paula Rosado Pereira, “Soluções globais para a tributação das empresas na UE”, **11** (2002), 33, D.
- Clotilde Celorico Palma, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 94.º

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.

Artigo 130.º R

- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

Artigo 130.º S

- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

Artigo 130.º T

- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

Artigo 169.º

- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.

Artigo 191.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 226.º

- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 234.º

- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.
- Manuel Anselmo Torres, “As normas contra a subcapitalização e o caso Lankhorst”, **13/14** (2003), 127, J.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.
- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 249.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 293.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- Paula Rosado Pereira, “Soluções globais para a tributação das empresas na UE”, **11** (2002), 33, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 299.º

- Clotilde Celorico Palma, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.

Tratado da União Europeia – T.U.E.

Artigo 3.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 12.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 17.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 39.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 43.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 49.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 56.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 92.º

- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

c) Direito Nacional

Código Civil

Artigo 5.º, n.º 1

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Artigo 9.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.
- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Artigo 10.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 11.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 12.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 13.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 33.º

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 43.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 35.º, n.º 3

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 70.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 75.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 76.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 77.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 78.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 80.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 82.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Artigo 211.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 212.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.

Artigo 240.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 280.º, n.º 1

- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Artigo 286.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 279.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.

Artigo 297.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.

Artigo 309.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 310.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 316.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 317.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 325.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 342.º, n.º 1

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Artigo 343.º

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 344.º, n.º 1

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 349.º

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 350.º

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 364.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.

Artigo 424.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.

Artigo 442.º, n.º 1

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 473.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 477.º, n.º 1

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 483.º, n.º 1

- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Artigo 498.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 505.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 561.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 562.º

- Tânia de Almeida Ferreira, “O IVA nos salvados”, **12** (2002), 69, D.

Artigo 566.º

- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.
- Tânia de Almeida Ferreira, “O IVA nos salvados”, **12** (2002), 69, D.

Artigo 570.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 583.º, n.º 1

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 587.º, n.º 2

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 595.º, n.º 2

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 601.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 627.º, n.º 1

- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Artigo 634.º

- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Artigo 661.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 736.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 737.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 745.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 747.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 748.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 785.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 804.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 806.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 808.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 819.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 980.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 1041.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 1142.º

- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.

Artigo 1180.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.

Artigo 1248.º

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Artigo 1249.º

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Artigo 1250.º

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Artigo 1304.º

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 1344.º

- J. L. Saldanha Sanches, “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 1671.º

- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Código Comercial

Artigo 31.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 32.º

- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.

Artigo 33.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 34.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 36.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 266.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.

Código da Contribuição Autárquica – Decreto-Lei n.º 442-C/88, de 30 de Novembro

Artigo 1.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 6.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 7.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 13.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 14.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 15.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 18.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 20.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 21.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 29.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Código da Contribuição Industrial de 1963

Artigo 22.º

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, **17** (2004), 117, J.

Artigo 23.º

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, **17** (2004), 117, J.

Artigo 51.º-A

- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.

Código da Contribuição Predial (C.C.P.) – Decreto n.º 45 104, de 1 de Junho de 1963

Artigo 1.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 2.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 3.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 234.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 263.º, al. b)

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 264.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 265.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Código das Expropriações (C.E. 99) – Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro

Artigo 23.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 24.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 26.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 52.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 61.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 66.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 67.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Código do Imposto de Capitais

Artigo 81.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.

Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações – C.I.M.S.I.S.D.

Artigo 1.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 2.º, n.º 2

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 4.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.

Artigo 7.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 12.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 57.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 176.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.

Artigo 182.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 184.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Código do Imposto Profissional – Decreto-Lei n.º 44 305, de 27 de Abril de 1962

Artigo 4.º

- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.

Artigo 6.º

- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.

Código do Imposto de Selo (C.I.S.) – Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro

Artigo 3.º do Decreto-Lei de aprovação

- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.

Artigo 6.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 13.º, al. h)

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.

Código do Imposto sobre Mais-valias

Artigo 51.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – C.I.R.C.

Artigo 2.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 3.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.

Artigo 4.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- Elsa Rodrigues e João Espanha, “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.

Artigo 4.º-A

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 5.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 6.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Elsa Rodrigues e João Espanha, “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.

Artigo 7.º

- Elsa Rodrigues e João Espanha, “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 8.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Elsa Rodrigues e João Espanha, “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.

Artigo 9.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Elsa Rodrigues e João Espanha, “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.

Artigo 10.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Elsa Rodrigues e João Espanha, “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 11.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

- Elsa Rodrigues e João Espanha, “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 12.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 14.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 15.º, n.º 1, al. c), 1)

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 17.º

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.

Artigo 18.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Artigo 19.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, **17** (2004), 117, J.

Artigo 20.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, **17** (2004), 117, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Artigo 21.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 23.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.

- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Artigo 27.º, n.º 3

- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.

Artigo 29.º, n.º 5, al. a)

- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.

Artigo 33.º

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.

Artigo 34.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.

Artigo 41.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 42.º

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.
- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Artigo 43.º

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.
- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 44.º

- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.

Artigo 45.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.
- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.
- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.

Artigo 46.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 46.º-A

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 47.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.

Artigo 49.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.

Artigo 51.º

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 52.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 53.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 54.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 57.º

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.
- Miguel Teixeira de Abreu, “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, **2** (2000), 25, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.

Artigo 57.º-A

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.

Artigo 57.º-B

- Miguel Teixeira de Abreu, “Efeitos fiscais da utilização da Internet em sede de impostos sobre o rendimento”, **2** (2000), 25, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 57.º-C

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 58.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- Elsa Rodrigues e João Espanha, “Breves notas sobre o regime da Portaria n.º 1446-C/2001 – Preços de transferência”, **12** (2002), 5, D.
- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.
- Bruno Vinga Santiago, “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.

Artigo 59.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

Artigo 60.º

- Bruno Santiago, “The special commissioners”, **19/20** (2004), 179, J.

Artigo 62.º, n.º 9

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Artigo 63.º

- Bruno Vinga Santiago, “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.

Artigo 67.º, n.º 10

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 68.º

- Nina Teresa Sousa Santos Aguiar, “Modelos normativos de relação entre lucro tributário e contabilidade comercial”, **13/14** (2003), 39, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 68.º-B, n.º 11

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Artigo 69.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 70.º

- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 71.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.

Artigo 72.º

- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.

Artigo 73.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 74.º

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 75.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Artigo 76.º

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 80.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.

Artigo 81.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 83.º

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 85.º

- Bruno Vinga Santiago, “O futuro da tributação directa dos grupos de sociedades na União Europeia...”, **16** (2003), 93, D.

Artigo 87.º

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 88.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “Os preços de transferência, os acordos de partilha de custos e a tributação de royalties”, **15** (2003), 43, D.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.

Artigo 89.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 90.º

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.
- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 91.º

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Artigo 93.º

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 96.º

- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 96.º-A

- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.

Artigo 97.º

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 98.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.

Artigo 99.º

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 108.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 110, n.º 1

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 111.º, n.º 2

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.

Artigo 112.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 115.º

- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 116.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 117.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 128.º

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 412.º, n.º 1, al. a)

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.

**Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (C.I.R.S.)
– Dec.-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro**

Artigo 4.º, n.º 4 do Decreto-Lei de aprovação

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 1.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Diogo Foyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 2.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Diogo Foyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...” **19/20** (2004), 287, J.

Artigo 3.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 4.º, n.º 3, al. a)

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 5.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.
- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

Artigo 6.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Artigo 7.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 8.º, n.º 3

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.

Artigo 9.º, n.º 2

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Artigo 9.º-A

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 10.º

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.
- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, **18** (2004), 129, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 13.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 14.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Artigo 15.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Artigo 16.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Artigo 17.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 18.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.

Artigo 19.º, n.º 2

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Artigo 20.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 24.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Artigo 25.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 26.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Artigo 28.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 29.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 31.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 32.º

- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 33.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 33.º-A

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 33.º-C

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 38.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.

Artigo 39.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 40.º-A

- Nina Teresa Sousa Santos Aguiar, “Modelos normativos de relação entre lucro tributário e contabilidade comercial”, **13/14** (2003), 39, D.

Artigo 41.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 42.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 43.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 44.º

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 46.º, n.º 1

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 47.º, n.º 1

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 48.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Artigo 54.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 55.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, **18** (2004), 129, J.

Artigo 57.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Artigo 58.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- Tiago Marreiros Moreira e Conceição Gamito, “Os preços de transferência na declaração anual...”, **13/14** (2003), 117, D.

Artigo 59.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Artigo 60.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 71.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

Artigo 72.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 73.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 74.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 78.º

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

Artigo 80.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

Artigo 80.º-A

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 80.º-B

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 80.º-D

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 80.º-F

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 81.º

- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Artigo 83.º, n.º 1

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 91.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Artigo 92.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 94.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Artigo 99.º

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 101.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.
- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

Artigo 102.º

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Artigo 103.º

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Artigo 104.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 105.º

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Artigo 106.º

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Artigo 107.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Artigo 109.º, n.º 2

- Tiago Marreiros Moreira e Conceição Gamito, “Os preços de transferência na declaração anual...”, **13/14** (2003), 117, D.

Artigo 111.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.

Artigo 114.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 115.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 116.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 117.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 119.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.
- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 120.º

- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 121.º

- Tiago Marreiros Moreira e Conceição Gamito, “Os preços de transferência na declaração anual...”, **13/14** (2003), 117, D.

Artigo 124.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 125.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 138.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 143.º

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (C.I.V.A.) – Dec.-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro

Artigo 1.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.

Artigo 2.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.
- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.
- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Artigo 3.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.
- Tânia de Almeida Ferreira, “O IVA nos salvados”, **12** (2002), 69, D.

Artigo 4.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.

Artigo 6.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 7.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 8.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 9.º

- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.
- Tânia de Almeida Ferreira, “O IVA nos salvados”, **12** (2002), 69, D.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 16.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- Sérgio Vasques, “A reforma da tributação automóvel: problemas e perspectivas”, **10** (2002), 59, D.

Artigo 18.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.

Artigo 19.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 20.º

- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.

Artigo 21.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.
- Tânia de Almeida Ferreira, “O IVA nos salvados”, **12** (2002), 69, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.

Artigo 22.º

- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.

Artigo 23.º

- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.

- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.
- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 25.º

- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.

Artigo 26.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.
- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 28.º

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- José Xavier de Basto e Maria Odete Oliveira, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holding”, **6** (2001), 5, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 29.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 35.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 36.º, n.º 1

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 44.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 45.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 46.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 48.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 50.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 52.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 53.º

- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.

Artigo 69.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 72.º, n.º 3

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 81.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Artigo 82.º

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Artigo 84.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Artigo 88.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Artigo 89.º

- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.
- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Lista I – anexa ao Código

- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.

Lista II – anexa ao Código – verba 3.8

- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.

Código dos Impostos Especiais de Consumo – Código dos I.E.C.

Artigo 2.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 19.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 35.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 36.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 42.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 44.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Código do Mercado de Valores Mobiliários (C.M.V.M.) – Dec.-Lei n.º 142-A/91, de 10 de Abril

Artigo 3.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.

Artigo 5.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.

Artigo 47.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.

Código do Notariado – C.N.

Artigo 40.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.

Código Penal

Artigo 10.º

- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 28.º

- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 30.º

- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 34.º, al. b)

- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 35.º

- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 36.º, n.º 1

- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 205.º

- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 206.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 227.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 228.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Código do Procedimento Administrativo – C.P.A.

Artigo 3.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 6.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 10.º

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Artigo 18.º

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.

Artigo 34.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.

Artigo 58.º, n.º 1

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 65.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 66.º, al. a)

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 68.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 87.º

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 108.º, n.º 2

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 109.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.

Artigo 118.º

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.

Artigo 120.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 124.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Artigo 125.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Artigo 133.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Artigo 134.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 135.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 140.º, n.º 1

- Nuno B. M. Lumbrals, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 149.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 155.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 175.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Código de Procedimento e Processo Tributário (C.P.P.T.) – Dec.-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro

Artigo 3.º do Decreto-Lei de aprovação

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 4.º do Decreto-Lei de aprovação

- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.

Artigo 1.º

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.

Artigo 2.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 13.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Artigo 37.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Artigo 45.º

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Artigo 62.º

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Artigo 63.º

- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Artigo 64.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 66.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 76.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 88.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 97.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Artigo 99.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 100.º, n.º 2

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 102.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 103.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 106.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.
- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 107.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.

Artigo 112.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Artigo 114.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 115.º

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Artigo 120.º

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 144.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Artigo 145.º

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 146.º, n.º 1

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 146.º-A

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 146.º-B

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 146.º-C

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 146.º-D

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 147.º

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 149.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 152.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 161.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 162.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 169.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 188.º, n.º 2

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 193.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 194.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 204.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 279.º, n.º 1, al. a)

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 280.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Código de Processo Civil – C.P.C.

Artigo 1.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 199.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 234.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 279.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 660.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 664.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 668.º, n.º 1

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 671.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 673.º

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 712.º

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Artigo 713.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Artigo 722.º, n.º 2

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 726.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 729.º, n.º 3

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Artigo 749.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 753.º, n.º 1

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 762.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 824.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 854.º, n.º 2

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 1487.º-A

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Código de Processo das Contribuições e Impostos de 1963 – C. P.C.I.

Artigo 5.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Artigo 16.º

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.
- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Código de Processo Penal – C.P.P.

Artigo 135.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 136.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Código de Processo dos Tribunais Administrativos (C.P.T.A.) – Lei n.º 115/2002, de 22 de Fevereiro

Artigo 37.º

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 46.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 47.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 58.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 66.º, n.º 1

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 78.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 87.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 91.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 95.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 109.º, n.º 2

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 112.º

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 191.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Código de Processo Tributário – C.P.T.

Artigo 7.º

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 10.º

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

Artigo 11.º

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

Artigo 12.º, al. a)

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, **17** (2004), 117, J.

Artigo 13.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Artigo 17.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 20.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 31.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.

Artigo 32.º-A

- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, **17** (2004), 117, J.

Artigo 33.º

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.

Artigo 40.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Artigo 41.º, n.º 2

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 68.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 74.º

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 76.º, n.º 2

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 78.º

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 81.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, **16** (2003), 187, J.

Artigo 84.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 85.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 86.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 87.º

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 88.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 89.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 92.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 95.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 97.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 98.º, n.º 2

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 100.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 118.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.
- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.

Artigo 120.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.
- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Artigo 121.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, **16** (2003), 187, J.

Artigo 123.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.

Artigo 125.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.

- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.

Artigo 126.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.

Artigo 132.º, n.º 1

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.

Artigo 134.º

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Artigo 145.º

- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Artigo 151.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.

Artigo 165.º

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.

Artigo 286.º, n.º 1, al. a)

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Código dos Processos Especiais de Recuperação de Empresa e de Falência – C.P.E.R.E.F.

Artigo 1.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.
- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 3.º, n.º 2

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 6.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 8.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 66.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 87.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 97.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 152.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 175.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Código do Registo Comercial – Decreto-Lei n.º 403/86, 3 de Dezembro

Artigo 3.º, al. q)

- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.

Artigo 6.º

- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.

Artigo 13.º

- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.

Artigo 14.º

- Patrícia Noiret Cunha, “A aplicação em Portugal da directiva relativa aos impostos sobre as reuniões de capitais...”, **7/8** (2001), 87, J.

Código das Sociedades Comerciais – C.S.C.

Artigo 3.º

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 4.º, n.º 3

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 5.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.

Artigo 9.º, n.º 1, al. f)

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 14.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 16.º, n.º 1

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 20.º, n.º 1, al. a)

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 22.º, n.º 1

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 25.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 28.º, n.º 1

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 30.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 32.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 33.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 35.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 64.º

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

Artigo 65.º, n.º 2

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 78.º

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.
- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Artigo 85.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 88.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 91.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 94.º

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.
- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 95.º

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.
- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 96.º

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 97.º, n.º 4

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 98.º, n.º 1, al. d)

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 99.º, n.º 4

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 144.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 146.º

- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

Artigo 149.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 150.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 152.º, n.º 3

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 155.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 157.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 158.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 163.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 171.º, n.º 2

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 209.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 219.º, n.º 6

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 276.º, n.º 1

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 287.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Artigo 295.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 296.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 297.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 316.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 317.º, n.º 2

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.

Artigo 317.º, n.º 4

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 318.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 322.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 325.º-A

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 347.º

- Manuel Anselmo Torres, “Redução do capital social: tributação da contrapartida dos accionistas”, **2** (2000), 5, D.

Artigo 348.º

- Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.

Artigo 349.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- Fernando Brás, Patrick Dewerbe e Ricardo Borges, “The Madeira Free Zone and its standpoint within the European Union”, **16** (2003), 21, D.

Artigo 411.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Artigo 486.º

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Artigo 523.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Código do Trabalho

Artigo 260.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Artigo 318.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...” **19/20** (2004), 287, J.

Constituição da República Portuguesa – C.R.P.

Artigo 2.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 3.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 8.º

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.
- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro...”, **17** (2004), 55, J.
- Manuel Faustino, “Tributação de rendimentos auferidos na Alemanha...”, **18** (2004), 55, J.

Artigo 9.º, al. d)

- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

Artigo 13.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.
- Sérgio Vasques, “A reforma da tributação automóvel: problemas e perspectivas”, **10** (2002), 59, D.
- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 16.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 17.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 18.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.
- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 19.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 20.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.
- Nuno B. M. Lumbrals, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 21.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 22.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 26.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 33.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 35.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 38.º

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Artigo 59.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 60.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.

Artigo 62.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 63.º

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 66.º

- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

Artigo 84.º

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 103.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- Diogo Foyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, **16** (2003), 187, J.
- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.
- Nuno B. M. Lumbrals, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, **18** (2004), 129, J.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.
- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

Artigo 104.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.

- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, **16** (2003), 187, J.
- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Indispensabilidade do custo fiscal...”, **17** (2004), 161, J.
- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

Artigo 106.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- António Martins, “Taxation and corporate capital structure...”, **12** (2002), 23, D.
- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 107.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- António Martins, “Taxation and corporate capital structure...”, **12** (2002), 23, D.

Artigo 112.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 135.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 137.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 140.º, n.º 2

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 161.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Artigo 165.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 169.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 197.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 198.º, n.º 1, al. b)

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 202.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 205.º, n.º 2

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 209.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 227.º

- Ricardo Henriques da Palma Borges e Raquel Maria Maymone Resende, “Tax treaty interpretation in Portugal”, **6** (2001), 85, D.

Artigo 235.º

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 238.º

- J. L. Saldanha Sanches, “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 262.º, n.º 2

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 266.º

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.
- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- Nuno B. M. Lumbrals, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 267.º

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.
- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.

Artigo 268.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.
- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.
- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.
- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 272.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 277.º, n.º 2

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 281.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 282.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 288.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Decreto n.º 17 730, de 7 de Dezembro de 1929

Artigo 1.º

- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, da Assembleia Legislativa Regional da R.A. dos Açores

Decreto-Lei n.º 375/74, de 20 de Agosto

Artigo 27.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Decreto-Lei n.º 512/76, de 3 de Julho

Artigo 4.º

- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Decreto-Lei n.º 256-A/77, de 17 de Junho

Artigo 3.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.

Artigo 6.º, n.º 5

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Decreto-Lei n.º 363/78, de 28 de Novembro – v. “Lei Orgânica da D.G.C.I.”

Decreto-Lei n.º 519-F2/79

Artigo 69.º

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.

Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho

Artigo 1.º

- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Artigo 2.º

- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Decreto-Lei n.º 313/89, de 21 de Setembro – Estatutos da Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, SA

Artigo 3.º

- Patrícia Noiret Cunha, “O direito à dedução do IVA nas sociedades holdings...”, **18** (2004), 67, J.

Decreto-Lei n.º 409/82, de 29 de Setembro

Artigo 1.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Artigo 2.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Decreto-Lei n.º 433/82, 27 de Outubro

Artigo 50.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Decreto-Lei n.º 98/84, de 29 de Março

Artigo 1.º, n.º4

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Decreto-Lei n.º 110/84, de 3 de Março

Artigo 1.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março

Artigo 39.º, n.º 2, al. l)

- J. L. Saldanha Sanches, “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.

Decreto-Lei n.º 115-C/85, de

Artigo 6.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Decreto-Lei n.º 145/85, de 8 de Maio

Artigo 3.º, n.º 1

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Decreto-Lei n.º 182/85, de 27 de Maio

Artigo 2.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Artigo 4.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Decreto-Lei n.º 172/86, de 30 de Junho

Artigo 1.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Artigo 2.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Artigo 3.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Artigo 4.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Artigo 7.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Decreto-Lei n.º 307/86, de 22 de Setembro

Artigo 2.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Artigo 4.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro

Artigo 5.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro

Artigo 13.º, n.º 3

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...” **19/20** (2004), 287, J.

Decreto-Lei n.º 353/89, de 16 de Outubro – v. “Lei Orgânica da Inspeção-Geral de Finanças”

Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro – v. “Plano Oficial de Contabilidade”

Decreto-Lei n.º 127/90, de 17 de Abril

Artigo 3.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 4.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 6.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Artigo 7.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Decreto-Lei n.º 192/90, de 9 de Junho

Artigo 4.º

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de Junho

Artigo 5.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de Janeiro – regime da retenção na fonte do I.R.S.

Artigo 1.º, n.º 1

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Artigo 3.º, n.º 1

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Decreto-Lei n.º 142-A/91, de 10 de Abril – v. “Código do Mercado de Valores Mobiliários (C.M.V.M.) ...”

Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro

Artigo 68.º, n.º 1

- J. L. Saldanha Sanches, “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.

Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro

Artigo 32.º

- J. L. Saldanha Sanches, “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro – v. “Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras”

Decreto-Lei n.º 52/93, de 26 de Janeiro

Artigo 1.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 3.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 5.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 13.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 15.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 18.º, n.º 1

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 19.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 20.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 21.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 25.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Decreto-Lei n.º 104/93, de 5 de Abril

Artigo 1.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 3.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 22.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 30.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Decreto-Lei n.º 275/93, de 5 de Agosto

Artigo 7.º, n.º 1

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, **17** (2004), 117, J.

Artigo 10.º, n.º 1

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal, **17** (2004), 117, J.

Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de Julho

Artigo 2.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Artigo 5.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto – v. “Lei Mateus”

Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro

Artigo 16.º

- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.

Decreto-Lei n.º 25/98, de 10 de Fevereiro

Artigo 6.º

- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.

Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril

Artigo 2.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Artigo 8.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Decreto-Lei n.º 199/98, de 18 de Outubro – transposição da Directiva 94/5/CEE, do Conselho de 14 de Fevereiro

Artigo 2.º, al. a)

- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.

Decreto-Lei n.º 315/98, de 20 de Outubro

Artigo 3.º, n.º 1

- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.
- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Artigo 6.º

- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Artigo 8.º, n.º 1

- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Artigo 53.º, n.º 1

- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Artigo 209.º

- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Artigo 218.º-A

- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Artigo 238.º

- António Martins e Georgina Santos, “Recuperação de empresas, risco de falência e financiamento: uma análise da legislação portuguesa e espanhola”, **3** (2000), 63, D.

Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro

Artigo 5.º, n.º 5

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de Dezembro – v. “Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária”

Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março – regime jurídico das empreitadas de obras públicas

Artigo 56.º

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Artigo 67.º

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Artigo 68.º

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Artigo 69.º

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Artigo 70.º

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Artigo 98.º

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Decreto-Lei n.º 61/99, de 2 de Março – condições de acesso e permanência na actividade de empreiteiro de construção civil e obras públicas

Artigo 5.º

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Artigo 8.º

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Artigo 14.º

- António Martins, “A análise da capacidade económico-financeira das empresas candidatas a empreitadas de obras públicas...”, **10** (2002), 25, D.

Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto

Artigo 2.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Decreto-Lei n.º 367/99, de 18 de Setembro

Artigo 2.º, al. c)

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Artigo 17.º

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Decreto-Lei n.º 401/99, de 14 de Outubro

Artigo 9.º

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.

Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de Novembro

Artigo 2.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 3.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 4.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 5.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 6.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 17.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 39.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro

Artigo 112.º

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro

Artigo 84.º, n.º 4

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Decreto-Lei n.º 219/2001, de 4 de Agosto – regime fiscal da titularização de créditos

Artigo 4.º

- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 5.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.
- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 6.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.
- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 7.º

- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 8.º

- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 24.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho

Artigo 1.º, n.º 1

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Decreto-Lei n.º 237/2001, de 30 de Agosto

Artigo 4.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de Julho – Regime de Bens em Circulação

Artigo 4.º, n.º 4

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 5.º, n.º 7

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 6.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 8.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 9.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 10.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 11.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Artigo 12.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Decreto-Lei n.º 252/2003 – regula as Organizações de Investimento Colectivo

Artigo 4.º, n.º 2

- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

Decreto-Lei n.º 265/2003, de 21 de Outubro

Artigo 7.º

- Joaquim Pedro Lampreia, “A nova factura: a alteração dos seus elementos, a auto-facturação e a factura electrónica”, **19/20** (2004), 157, D.

Estatuto dos Benefícios Fiscais – E.B.F.

Artigo 2.º

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.
- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

Artigo 3.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 8.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 9.º

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.

Artigo 22.º

- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

Artigo 22.º-A

- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

Artigo 24.º

- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.

Artigo 26.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 30.º-C

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

Artigo 33.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Clotilde Celorico Palma, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.

Artigo 34.º

- Clotilde Celorico Palma, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial...”, **16** (2003), 49, D.

Artigo 35.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 37.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 39.º

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.

Artigo 41.º, n.º 1

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

Artigo 56.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 75.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais – E.T.A.F.

Artigo 6.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Artigo 21.º, n.º 4

- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.
- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Artigo 31.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 32.º, n.º 1, al. b)

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Artigo 39.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Artigo 41.º, n.º 1, al. a)

- João Pedro Silva Rodrigues, “IVA.-Liquidação.-Recurso ao método presuntivo.-Poderes de cognição da matéria de facto pelo STA”, **10** (2002), 135, J.

Artigo 62.º, n.º 1, al. a)

- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.

Lei de Bases do Ambiente 1987 – L.B.A.

Artigo 48.º

- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

Lei do Contrato Individual de Trabalho (L.C.T.) – Lei n.º 49 408, de 24 de Novembro de 1969

Artigo 12.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...” **19/20** (2004), 287, J.

Artigo 13.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...” **19/20** (2004), 287, J.

Artigo 37.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...” **19/20** (2004), 287, J.

Artigo 50.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 82.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 83.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 84.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 85.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 86.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 87.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 88.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 89.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 91.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Lei de Enquadramento Orçamental (L.E.O.) – Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto

Artigo 7.º

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Lei das Finanças Locais – Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto

Artigo 1.º, n.º 4

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 2.º

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 4.º

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 5.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.

Artigo 6.º

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 11.º

- J. L. Saldanha Sanches, “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.

Artigo 16.º

- Sérgio Vasques, “A reforma da tributação automóvel: problemas e perspectivas”, **10** (2002), 59, D.

Artigo 19.º

- J. L. Saldanha Sanches, “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Lei Geral Tributária – L.G.T.

Artigo 2.º do Decreto-Lei de aprovação

- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.

Artigo 1.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 2.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 3.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.
- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 4.º

- J. L. Saldanha Sanches, “Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária”, **6** (2001), 117, J.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.
- Maria Odete Batista de Oliveira, “Os impostos ambientais...”, **19/20** (2004), 75, D.

Artigo 5.º

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.

Artigo 6.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 7.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 8.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Diogo Foyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.
- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 10.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.

Artigo 11.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

- J.L. Saldanha Sanches, “Abuso de direito e abusos de jurisprudência”, **4** (2000), 53, J.
- André Salgado de Matos, “Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas”, **4** (2000), 67, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.
- Gustavo Lopes Courinha, “A tributação directa das pessoas colectivas no comércio electrónico – questões de residência e fonte”, **6** (2001), 51, D.
- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.
- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.
- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Reinvestimento das mais-valias provenientes da alienação de um imóvel destinado à habitação...”, **18** (2004), 129, J.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Compensação pela cessação do contrato de trabalho...” **19/20** (2004), 287, J.

Artigo 12.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.

Artigo 14.º, n.º 1

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 14.º, n.º 2

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 18.º, n.º 3

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 18.º, n.º 4, al. a)

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 20.º

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

Artigo 22.º, n.º 2

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

Artigo 22.º, n.º 3

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

Artigo 22.º, n.º 4

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

Artigo 23.º, n.º 2

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 23.º, n.º 4

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 24.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.
- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Artigo 25.º

- Sérgio Vasques, “A responsabilidade dos gestores na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 47, D.

Artigo 26.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 28.º

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.
- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.
- José Xavier de Basto, “A Lei do Orçamento para 2004 e a disciplina fiscal dos fundos de investimento...”, **18** (2004), 5, D.
- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 29.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 30.º, n.º 1

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 35.º

- Clotilde Celorico Palma, “O tratamento em sede de IVA da transmissão de salvados automóveis pelas seguradoras”, **11** (2002), 17, D.

Artigo 36.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 37.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Nuno B. M. Lumbrales, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 38.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- António Castro Caldas, “A transferência de residência fiscal de sociedades em IRC”, **15** (2003), 27, D.

- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.
- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.
- Miguel Alexandre Martins Cardoso Barreiros, “Royalties e acordos de partilha de custos (APC’s)”, **19/20** (2004), 145, D.

Artigo 39.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 40.º, n.º 2

- Diogo Feyo, “Retenção na fonte e rendimentos em espécie”, **10** (2002), 113, D.

Artigo 42.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 43.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Pedro Patrício Amorim. “Reembolso de emolumentos”, **5** (2001), 49, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.
- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 44.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 45.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 46.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 47.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Artigo 48.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 49.º

- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.

Artigo 51.º, n.º 2

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 52.º, n.º 4

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 52.º, n.º 5

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 53.º, n.º 3

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 53.º-A, n.º 3

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 54.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.
- Nuno B. M. Lumbrals, “Sobre a promoção da execução fiscal pelos serviços de finanças”, **18** (2004), 19, D.

Artigo 55.º

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.
- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.

Artigo 57.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.
- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 59.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

- Cidália M. Mota Lopes, “Simplicidade e complexidade do sistema fiscal...”, **13/14** (2003), 51, D.

Artigo 59.º-A

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 60.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.
- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Artigo 61.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 63.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Artigo 63.º-A

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 63.º-B

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 64.º, n.º 3

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 64.º, n.º 5

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 67.º

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.
- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Artigo 68.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.

Artigo 72.º

- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Artigo 73.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 74.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, **16** (2003), 187, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Ajudas de custo...”, **19/20** (2004), 275, J.

Artigo 75.º

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 76.º

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 77.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Um direito do contribuinte à tributação indirecta?”, **2** (2000), 123, J.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Dever de fundamentação...”, **17** (2004), 171, J.

Artigo 78.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

- Samuel Almeida, “A eliminação da dupla tributação económica dos dividendos e o imposto sucessório por avença no Orçamento de Estado para 2002...”, **11** (2002), 55, D.

Artigo 79.º, n.º 2

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 80.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 81.º

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, **16** (2003), 187, J.

Artigo 83.º

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, **16** (2003), 187, J.

Artigo 84.º

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.

Artigo 85.º

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Artigo 86.º

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 87.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- André Salgado de Matos e João Taborda da Gama, “O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados”, **9** (2002), 103, J.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.
- Vieira de Almeida & Associados, “Determinação da matéria tributável por métodos indirectos...”, **16** (2003), 187, J.

Artigo 88.º

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- António Moura Portugal, “A vinculação da administração fiscal no recurso à avaliação indirecta da matéria colectável...”, **7/8** (2001), 105, J.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 89.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.
- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 89.º-A

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 90.º

- José Xavier de Basto “Princípio da tributação do rendimento real e a Lei geral tributária”, **5** (2001), 5, D.
- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 91.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Artigo 92.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

- João Taborda da Gama, “Acordo transaccional parcial no processo tributário”, **12** (2002), 81, J.

Artigo 94.º, n.º 4

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 97.º

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 98.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Artigo 99.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição”, **7/8** (2001), 63, J.

Artigo 101.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.
- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.
- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 104.º, n.º 1

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 105.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 115.º, n.º 2

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Artigo 118.º

- Carlos Baptista Lobo, “Alguns aspectos relativos à Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 5, D.

Lei Mateus – Dec.-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto

Artigo 10.º

- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Lei n.º 106/88, de 17 de Setembro

Artigo 19.º, n.º 5

- João Ricardo Catarino, “O regime dos lucros e dos dividendos na Convenção com Macau”, **4** (2000), 81, D.

Lei n.º 101/89, de 29 de Dezembro

Artigo 69.º, n.º 3

- António Moura Portugal, “Despesas confidenciais”, **16** (2003), 131, J.

Lei n.º 677/92, de 17 de Julho

Artigo 106.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Lei n.º 10.º-B/96, 23 de Março – v. “Lei do Orçamento de Estado para 1996...”

Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro

Artigo 52.º, n.º 1

- José Manuel Tomé de Carvalho, “Breves nótulas sobre a natureza jurídica da responsabilidade dos titulares de órgãos sociais de pessoas colectivas”, **11** (2002), 75, D

Lei n.º 41/98, de 4 de Agosto

Artigo 1.º

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 2.º

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto – v. “Lei das Finanças Locais...”

Lei n.º 74/98, de 11 de Novembro

Artigo 18.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro – v. “Lei do Orçamento de Estado para 1999...”

Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro – v. ”L.O.F.T.J.”

Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro – v. “C.I.S...”

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro – estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais

Artigo 3.º, n.º 1

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 11.º

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 13.º, n.º 1, al. a)

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Artigo 18.º

- J. L. Saldanha Sanches e João Taborda da Gama, “Taxas municipais pela ocupação do subsolo”, **19/20** (2004), 5, D.

Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril – v. “Lei do Orçamento de Estado para 2000...”

Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro – Reforma Fiscal

Artigo 1.º

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 3.º

- J. L. Saldanha Sanches e Rui Barreira, “O regime actual das stock options”, **7/8** (2001), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 7.º

- Paula Rosado Pereira, “O novo regime dos preços de transferência”, **5** (2001), 23, D.
- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.

Artigo 9.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 17.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 21.º, n.º 1

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro – v. “Lei do Orçamento de Estado para 2002”

Lei n.º 115/2002, de 22 de Fevereiro – v. “C.P.T.A.”

Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro – v. “Lei do Orçamento de Estado para 2003”

Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro – v. “Lei do Orçamento de Estado para 2004”

Lei do Orçamento de Estado para 1996 – Lei n.º 10.º-B/96, 23 de Março

Artigo 28.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.

Artigo 289.º, n.º 1

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.

Lei do Orçamento de Estado para 1999 – Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro

Artigo 29.º

- Manuel Faustino, “As alterações ao código do IRS”, **3** (2000), 5, D.

Artigo 51.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.
- J.L. Saldanha Sanches, “IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso”, **5** (2001), 83, J.

Lei do Orçamento de Estado para 2000 – Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril

Artigo 40.º, n.º 3

- Manuel Faustino, “Sobre o sentido e alcance da nova redacção do Artigo 2.º, n.º 4 do Código do IRS...”, **13/14** (2003), 5, D.

Artigo 73.º

- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.

Lei do Orçamento de Estado para 2002 – Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro

Artigo 30.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Artigo 32.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.
- Tânia Almeida Ferreira, “Regime das mais-valias e do reinvestimento – IRC – sujeitos passivos residentes”, **10** (2002), 95, D.

Artigo 35.º, n.º 3

- Patrícia Noiret Cunha, “IVA, portagens e vinhos...”, **11** (2002), 103, J.

Artigo 86.º

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “A tributação das mais-valias de partes sociais no IRS”, **17** (2004), 39, D.

Lei do Orçamento de Estado para 2003 – Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro

Artigo 27.º

- J. L. Saldanha Sanches e André Salgado de Matos, “O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional”, **15** (2003), 5, D.

Artigo 43.º

- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.
- Vieira de Almeida & Associados, “O IVA como imposto de obrigação única...”, **16** (2003), 193, J.

Lei do Orçamento de Estado para 2004 – Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro

Artigo 29.º

- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 30.º, n.º 3

- Mónica Neves, “Liberdade de estabelecimento...”, **19/20** (2004), 213, J.

Artigo 44.º

- Tiago Marreiros Moreira e Ricardo Seabra Moura, “Titularização de créditos – algumas reflexões e propostas”, **19/20** (2004), 129, D.

Artigo 46.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Lei Orgânica da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos – Dec.-Lei n.º 363/78, de 28 de Novembro

Artigo 34.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Lei Orgânica da Inspeção-Geral de Finanças – Dec.-Lei n.º 353/89, de 16 de Outubro

Artigo 36.º

- Pedro Dias, “A troca de informações entre Estados. Tentação e parametrização”, **2** (2000), 73, D.

Lei Orgânica do Ministério das Finanças – Dec.-Lei n.º 158/96, de 3 de Setembro.

Artigo 3.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Artigo 21.º-A

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Artigo 27.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (L.O.F.T.J.) – Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro

Artigo 12.º

- J. L. Saldanha Sanches, “O indeferimento tácito em matéria fiscal: Uma garantia do contribuinte?”, **11** (2002), 89, J.

Lei de Processo dos Tribunais Administrativos (L.P.T.A.) – Decreto-Lei 267/85, de 16 de Julho

Artigo 12.º, n.º 1

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 24.º, al. b)

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 28.º

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.
- Castro Lousada e António Rodrigues, “Contabilização de direitos reais de habitação periódica/ abuso de direito em matéria fiscal”, **17** (2004), 117, J.

Artigo 29.º, n.º 1

- Samuel Almeida, “A necessária instrumentalização do princípio da adequação do meio processual...”, **17** (2004), 73, J.

Artigo 33.º, n.º 3

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.

Artigo 51.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.

Artigo 86.º

- Marta Rebelo, “A tutela jurisdicional efectiva e os poderes de pronúncia do juiz em sede de acção para reconhecimento...”, **13/14** (2003), 27, D.
- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 103.º, n.º 2

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 130.º

- Serena Cabrita Neto, “Requiem pelo acto tácito”, **7/8** (2001), 113, J.
- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Artigo 147.º

- Marta Rebelo, “Breves considerações em torno da intimação para um comportamento em matéria tributária”, **17** (2004), 99, J.

Lei dos Salários em Atraso (L.S.A.) – Lei n.º 17/86, de 14 de Junho

Artigo 12.º

- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 13.º

- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Lei da Televisão – Lei n.º 31-A/98, de 14 de Julho

Artigo 42.º

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Artigo 43.º

- Rogério M. Fernandes Ferreira, Olívio Mota Amador e Sérgio Vasques, “O financiamento do serviço público de televisão...”, **17** (2004), 5, D.

Lei do Tribunal Constitucional – L.T.C.

Artigo 63.º, n.º 2

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 65.º, n.º 1

- J.L. Saldanha Sanches, “A LGT e a tributação segundo o lucro normal”, **15** (2003), 63, J.

Artigo 70.º, n.º 1

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 71.º, n.º 1

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.

Artigo 75.º, n.º 1

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Artigo 79.º-A, n.º 1

- J. L. Saldanha Sanches, “A desigualdade na distribuição de encargos na contribuição autárquica e as avaliações para expropriação”, **19/20** (2004), 187, J.

Plano Oficial de Contabilidade (P.O.C.) – Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro

Ponto 4.

- J.L. Saldanha Sanches, “Custos mal documentados e custos não documentados: o seu regime de dedutibilidade”, **3** (2000), 79, J.
- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Ponto 5.

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.
- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Ponto 6.

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.
- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – II Parte”, **5** (2001), 55, D.

Ponto 7.

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Ponto 12.

- Maria Adelaide Alves Dias Ramalho Croca, “Capital, contas e protecção de terceiros – I parte”, **4** (2000), 29, D.

Ponto 53.

- Serena Cabrita Neto, Victor Amaro e Tiago Sousa, “O Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais...”, **9** (2002), 87, D.

Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (R.C.P.I.T.) – Dec.-Lei n.º 413/98, de 31 de Dezembro

Artigo 5.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Artigo 11.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Artigo 36.º

- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Artigo 44.º

- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Artigo 45.º

- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Artigo 46.º

- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Artigo 49.º

- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Artigo 50.º

- António Gaio, “Artigo 45.º, n.º5 da Lei Geral Tributária...”, **16** (2003), 81, D.

Artigo 64.º

- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.

Regime Geral das Infracções Tributárias (R.G.I.T.) – Lei n.º 15/2001, de 6 de Junho

Artigo 1.º

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 2.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 3.º, al. a)

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 5.º, n.º 2

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 6.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 11.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 12.º, n.º 3

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 14.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 16.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 22.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 27.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 40.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 41.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 91.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 96.º

- Sérgio Vasques, “Responsabilidade do expedidor por impostos especiais de consumo”, **7/8** (2001), 73, J.

Artigo 101.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 102.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 103.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 104.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 105.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- Nuno B. M. Lumbrals, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 106.º

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.

Artigo 107.º

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.

Artigo 110.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 112.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 114.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 115.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 116.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 117.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras – Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro

Artigo 6.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 99.º

- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Regime Jurídico das Infracções Fiscais Aduaneiras – R.J.I.F.A.

Artigo 2.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 3.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 28.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 35.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 37.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 65º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Regime Jurídico das Infracções Fiscais Não Aduaneiras – R.J.I.F.N.A.

Artigo 1.º

- José Casalta Nabais, “Alguns desafios actuais da tributação”, **6** (2001), 33, D.

Artigo 11.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 12.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 13.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 18.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 20.º

- Gonçalo Nuno Cabral de Almeida Avelãs Nunes, “A cláusula geral anti-abuso de direito em sede fiscal – 38º nº2 da Lei Geral Tributária – à luz dos princípios constitucionais do Direito fiscal”, **3** (2000), 39, D.

Artigo 22.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 23.º

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.
- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 24.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 26.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 27.º

- José Casalta Nabais, “Algumas reflexões sobre a recente reforma fiscal”, **10** (2002), 5, D.

Artigo 27.º-A

- Manuel Anselmo Torres, “Simulação na Lei Geral Tributária”, **1** (2000), 33, D.
- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 29.º

- Nuno B. M. Lumbrales, “O abuso de confiança fiscal no regime geral das infracções tributárias”, **13/14** (2003), 85, D.

Artigo 33.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 36.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 39.º, n.º1

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Artigo 40.º

- João Pedro Silva Rodrigues, “Algumas reflexões sobre a não tributação dos rendimentos essenciais à existência como direito fundamental”, **9** (2002), 5, D.

Tabela Geral do Imposto do Selo – T.G.I.S.

Artigo 1.º

- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.

Artigo 17.º

- Pedro Patrício Amorim e Gonçalo Bastos Lopes, “Da tributação do contrato de concessão de crédito à tributação da facto económico da utilização do crédito...”, **2** (2000), 15, D.
- João Espanha, “Da aplicação do Art. 73.º do OE 2000 em particular nas instituições de crédito”, **10** (2002), 127, D.
- António Gaio, “Cessão de créditos. Algumas particularidades enquanto instrumento necessário em operações de titularização de créditos”, **12** (2002), 51, D.

Artigo 54.º

- J.L. Saldanha Sanches, “Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal”, **1** (2000), 77, J.
- Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “As tendências da reforma fiscal: mais ou menos garantias para os contribuintes”, **4** (2000), 5, D.